



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

1º trimestre de 2024

Coordenação-Geral de Contabilidade

Serviço de Relatórios Contábeis

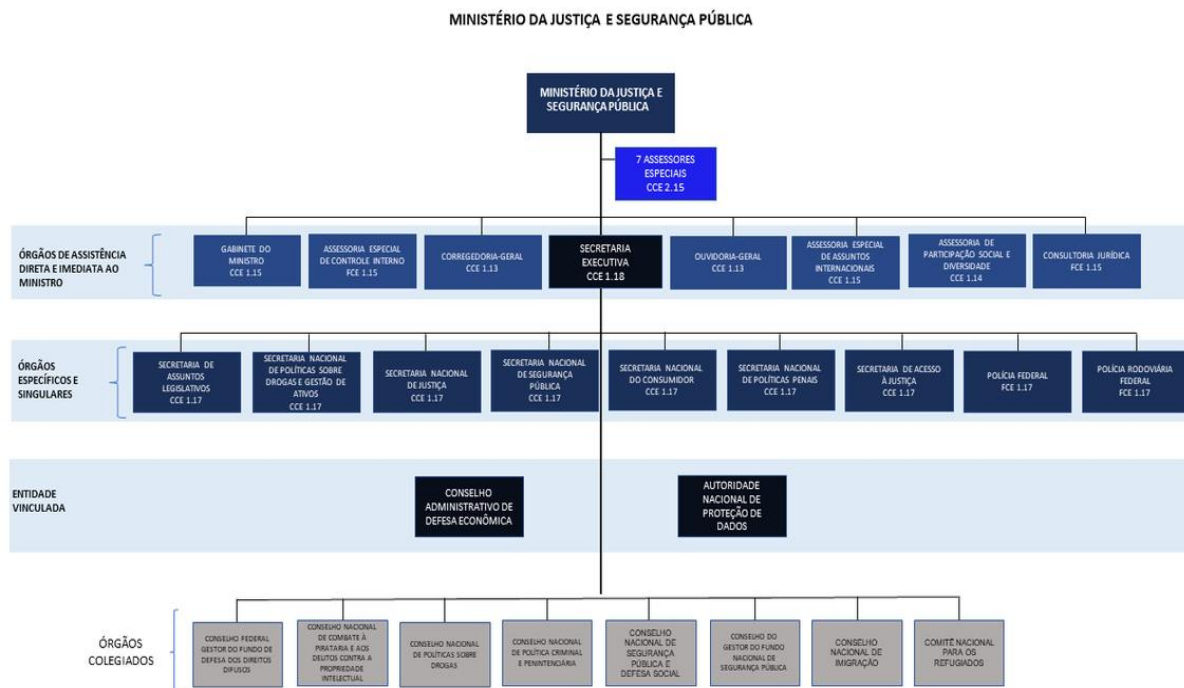
30 de abril de 2024

SUMÁRIO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP	3
APRESENTAÇÃO	4
Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	4
GESTÃO CONTÁBIL	7
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	9
Balanço Patrimonial.....	9
Demonstrações das Variações Patrimoniais	11
Balanço Orçamentário	13
Balanço Financeiro	15
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	18
NOTAS EXPLICATIVAS	19
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	19
Nota 02 – Créditos a Curto Prazo – BP	21
Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP.....	21
Nota 04 – Ativo Imobilizado – BP	24
Nota 05 – Ativo Intangível – BP	29
Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – BP	30
Nota 07 – Demais Obrigações a Curto Prazo – BP	31
Nota 08 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP	33
Nota 09 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP	34
Nota 10 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP	38
Nota 11 – Pessoal e Encargos – DVP.....	42
Nota 12 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	44
Nota 13 – Receitas – Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO.....	44
Nota 14 – Resultado Orçamentário – BO.....	45
Nota 15 – Outras Despesas Correntes – BO	46
Nota 16 – Demonst. de Exec. dos Restos a Pagar não Processados – Anexo 1 – BO	47
Nota 17 – Demonstrativo de Exec. dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – Anexo 2 – BO.....	49
Nota 18 – Transferências Intragovernamentais – BF	51
Nota 19 – Segurança Pública – DFC	52
Nota 20 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – DFC	53
Nota 21 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	55

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão do Poder Executivo Federal, estruturado pelo [Decreto nº 11.348](#), de 1º de janeiro de 2023.



Fonte: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/organogramas/>

O MJSP, por meio de seus órgãos específicos e singulares, é responsável pela gestão de seus fundos, instituídos e geridos da seguinte forma:

- Fundo Nacional Antidrogas – Funad: Instituído pela [Lei nº 7.560/1986](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad;
- Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP: Instituído pela [Lei nº 10.201/2001](#), revogada pela [Lei nº 13.756/2018](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp;
- Fundo Penitenciário Nacional – Funpen: Instituído pela [Lei Complementar nº 79/1994](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen; e
- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD: Instituído pela [Lei nº 7.347/1985](#), é gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon.

Destaca-se, ainda, pela nova estrutura regimental do MJSP, aprovada pelo [Decreto nº 11.348/2023](#), de 1º de janeiro de 2023, com vigência a partir de 24 de janeiro de 2023, a inclusão em sua estrutura da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autarquia de natureza especial, prevista na Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei nº 13.709/2018](#)).

O Planejamento Estratégico do MJSP 2020-2023 define a sua missão, sua visão e seus valores e foi aprovado pela [Portaria do Ministro nº 895/2019](#).

- Missão: Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito.
- Visão: Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
- Valores: Integridade, Ética, Interesse Público, Respeito, Legalidade, Resultados, Capital Humano, Inovação, Transparência e Sustentabilidade.

APRESENTAÇÃO

Contexto Operacional

Regulamentada pela [Portaria MJSP nº 260, de 30 de dezembro de 2022](#), a **Secretaria Executiva - SE**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de informação de custos, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de transparência e acesso a informações, no âmbito do MJSP.

No que tange às demonstrações contábeis elencadas neste documento, a Coordenação-Geral de Contabilidade - CGCONTAB, subordinada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO da SE, é responsável, dentre outras competências, por coordenar a análise das demonstrações contábeis dos fundos, órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, por meio da Divisão de Análise e Acompanhamento Contábeis - Diaco e do Serviço de Relatórios Contábeis - SRC.

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCONs do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 9ª edição e o Manual Siafi, referente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no Siafi, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e
- Notas Explicativas – NES.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente, não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, por sua vez, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração; e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas pelo Cade, representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6, da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II. Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
 n = vida útil da acessão
 x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, somente na PF e no Cade são deduzidos os saldos da conta de amortização acumulada (quando têm vida útil definida).

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3 Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP

A Coordenação-Geral de Contabilidade – CGCONTAB, que integra o Sistema de Contabilidade Federal – SCF como Unidade Setorial de Contabilidade, atua alinhada ao órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, a STN do Ministério da Fazenda – MF, prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das DCONs, buscou-se melhorias nas seguintes características das informações: representação fidedigna; conteúdo relevante; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade; e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Cumprе esclarecer que, a composição do órgão MJSP no Siafi não necessariamente reflete a estrutura organizacional prevista no Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023.

Sua organização espelha a estruturação de unidades administrativas com autonomia de gestão dos respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, de maneira a otimizar a execução de suporte, manutenção e entrega das políticas públicas à sociedade. Cada órgão possui um código específico no Siafi, conforme quadro a seguir:

Composição no Siafi do MJSP			
Órgão Superior MJSP 30000	30000	Secretaria Executiva – SE Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp	MJSP
	30108	Polícia Federal – PF ¹	
	30802	Polícia Rodoviária Federal – PRF	
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD (Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon)	
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP (Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp)	
	30907	Fundo Penitenciário Nacional – Funpen (Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen) ^{1 3}	
	30912	Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD (Secretaria Nacional Antidrogas – Senad)	
	30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE ^{1 2}	
	30212	Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD ²	

¹ Unidade organizacional vinculada ao MJSP que possui seccional de contabilidade ou contador responsável.

² Autarquia sob Regime Especial – entidade da administração pública federal indireta.

³ Fundo gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen.

A CGCONTAB realiza o acompanhamento direto de 55 unidades executoras de despesa pública, sendo 35 da PRF e 20 do MJSP. Além dessas unidades, foi dado suporte técnico às atividades das seccionais de contabilidade:

- da PF, que consta com 35 unidades;
- do Senappen, com 14 unidades;
- do CADE, com 1 unidade.

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A aderência das DCONs do MJSP às normas vigentes é atestada pelos procedimentos de Conformidade Contábil. Esta consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a Conformidade de Registro de Gestão e o Manual SIAFI.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com base no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas, com periodicidade trimestral, as Notas Explicativas – NEs às DCONs do MJSP. As NEs são partes integrantes das DCONs e são inseridas no SIAFIWeb, complementando as Demonstrações do Órgão de maneira a abordar aspectos relacionados à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais, incluindo informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados e despesas com pessoal, dentre outras.

As informações elaboradas subsidiam a consolidação do Balanço Geral da União – BGU, pela STN, e se caracterizam em instrumentos tanto para tomada de decisão dos gestores quanto para a instrumentalização do controle social.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanço Patrimonial

R\$ milhares

ATIVO	NE	31/03/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE		14.185.457	12.109.218
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	7.153.244	6.688.460
Créditos a Curto Prazo	02	6.878.705	5.261.687
Demais Créditos e Valores		6.878.705	5.261.687
Estoques		153.418	159.071
VPDs Pagas Antecipadamente		89	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.722.222	11.532.269
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.239.907	3.237.663
Créditos a Longo Prazo	03	3.239.907	3.237.663
Dívida Ativa Não Tributária		4.714.036	4.714.600
Demais Créditos e Valores		1.442.865	1.440.058
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(2.916.995)	(2.916.995)
Investimentos		21	21
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		3	3
Demais Investimentos Permanentes		3	3
Imobilizado	04	8.091.528	7.904.761
Bens Móveis		3.947.810	3.813.402
Bens Móveis		5.369.660	5.200.954
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.421.850)	(1.387.552)
Bens Imóveis		4.143.718	4.091.359
Bens Imóveis		4.149.164	4.096.438
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(5.447)	(5.079)
Intangível	05	390.766	389.823
Softwares		390.766	389.823
Softwares		444.815	443.613
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(54.050)	(53.790)
TOTAL DO ATIVO		25.907.679	23.641.486
PASSIVO	NE	31/03/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE		1.654.614	1.391.212
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	06	877.033	954.807
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		131.924	27.832
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		45	2
Transferências Fiscais de Curto Prazo		138.050	87.967
Demais Obrigações a Curto Prazo	07	507.561	320.605
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		0	0
Demais Obrigações a Longo Prazo		0	0
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.654.614	1.391.213
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.253.064	22.250.274
Demais Reservas		709.185	673.912
Resultados Acumulados		23.543.879	21.576.361
Resultado do Exercício		1.976.251	3.453.623
Resultados de Exercícios Anteriores	08	21.576.361	18.134.639
Ajustes de Exercícios Anteriores		(8.734)	(11.901)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		25.907.679	23.641.486

Fonte: Siafi.

R\$ milhares

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			09		
ATIVO	31/03/2024	31/12/2023	PASSIVO	31/03/2024	31/12/2023
Ativo Financeiro	7.153.345	6.688.533	Passivo Financeiro	13.040.450	4.684.726
Ativo Permanente	18.754.334	16.952.954	Passivo Permanente	394.766	308.285
			Saldo Patrimonial	12.472.463	18.648.476

R\$ milhares

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
ATIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	31/03/2024	31/12/2023	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		388.126	381.177	
Atos Potenciais Ativos		388.126	381.177	
Garantias e Contragarantias Recebidas		354.844	336.530	
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres		33.219	44.583	
Direitos Contratuais		64	64	
TOTAL		388.126	381.177	

R\$ milhares

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
PASSIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	31/03/2024	31/12/2023	
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		5.605.483	5.237.536	
Atos Potenciais Passivos		5.605.483	5.237.536	
Garantias e Contragarantias Concedidas		28	28	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		1.989.100	2.040.881	
Obrigações Contratuais		3.616.354	3.196.627	
TOTAL		5.605.483	5.237.536	

R\$ milhares

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(7.327.879)
Recursos Vinculados	1.440.774
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(460.230)
Previdência Social (RPPS)	(1.785.128)
Dívida Pública	(384.702)
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	295.646
Fundos, Órgãos e Programas	3.775.403
Recursos Extraorçamentários	(214)
TOTAL	(5.887.105)

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	31/03/2024	31/03/2023
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		221.232	257.745
Taxas		221.232	257.745
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		15.654	14.690
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		15.654	14.690
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		156.890	139.506
Juros e Encargos de Mora		633	239
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		156.257	139.267
Transferências e Delegações Recebidas		13.108.097	12.112.004
Transferências Intragovernamentais		12.978.542	11.977.880
Outras Transferências e Delegações Recebidas		129.556	134.124
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		88.805	324.860
Reavaliação de Ativos		-	698
Ganhos com Alienação		19.810	25.947
Ganhos com Incorporação de Ativos		59.671	290.236
Ganhos com Desincorporação de Passivos		9.325	7.979
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.985.602	434.799
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		(7.061)	72
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.992.663	434.726
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		15.576.280	13.283.603

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	31/03/2024	31/03/2023
Pessoal e Encargos	11	2.137.936	1.944.937
Remuneração a Pessoal		1.633.994	1.502.930
Encargos Patronais		354.755	328.906
Benefícios a Pessoal		136.839	98.639
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		12.349	14.462
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.189.094	1.090.240
Aposentadorias e Reformas		858.201	775.117
Pensões		309.093	291.412
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		21.800	23.711
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		755.069	681.919
Uso de Material de Consumo		79.008	77.588
Serviços		615.560	507.466
Depreciação, Amortização e Exaustão		60.501	96.865
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		41.723	35.779
Juros e Encargos de Mora		52	176
Variações Monetárias e Cambiais		0	0
Descontos Financeiros Concedidos		41.671	35.602
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		9.285.180	8.825.941
Transferências Intragovernamentais		9.037.334	8.548.454
Transferências Intergovernamentais		136.393	131.890
Transferências ao Exterior		592	9.803
Outras Transferências e Delegações Concedidas		110.860	135.794
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		135.208	130.657
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		2.144	36.501
Perdas com Alienação		31	25
Perdas Involuntárias		1.263	15.551
Incorporação de Passivos		11.365	3.109
Desincorporação de Ativos		120.405	75.471
Tributárias		2.003	1.866
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.635	1.555
Contribuições		367	312
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		53.817	15.647
Incentivos		255	271
Subvenções Econômicas		163	1.796
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		53.398	13.580
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		13.600.029	12.726.985
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		1.976.251	556.618

Fonte: Siafi.

Balanco Orçamentário

Receitas e Despesas Orçamentárias

R\$ milhares
31/03/2024

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		5.368.324	5.368.324	1.502.714	(3.865.610)
Receitas Tributárias		590.199	590.199	154.863	(435.337)
Taxas		590.199	590.199	154.863	(435.337)
Receitas de Contribuições		223	223	68	(155)
Contribuições Sociais		223	223	68	(155)
Receita Patrimonial		2.939.568	2.939.568	960.851	(1.978.717)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		199	199	39	(161)
Valores Mobiliários		534.085	534.085	155.185	(378.900)
Demais Receitas Patrimoniais	12	2.405.284	2.405.284	805.627	(1.599.656)
Receitas de Serviços		64.981	64.981	15.550	(49.432)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		64.981	64.981	15.550	(49.432)
Outras Receitas Correntes		1.773.352	1.773.352	371.383	(1.401.969)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	13	1.636.093	1.636.093	310.898	(1.325.195)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		596	596	2.429	1.833
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		124.926	124.926	56.341	(68.585)
Demais Receitas Correntes		11.737	11.737	1.715	(10.022)
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	1.192	1.192
Alienação de Bens		-	-	1.192	1.192
Alienação de Bens Móveis		-	-	1.192	1.192
SUBTOTAL DE RECEITAS		5.368.324	5.368.324	1.503.906	(3.864.418)
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DÉFICIT	14	-	-	11.174.838	11.174.838
TOTAL		5.368.324	5.368.324	12.678.744	7.310.421
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	(136.833)	-	136.833
Superavit Financeiro		-	90.347	-	-
Créditos Cancelados		-	(227.180)	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		17.686.831	17.527.475	12.587.584	3.695.347	2.696.145	4.939.891
Pessoal e Encargos Sociais		13.240.405	13.240.405	10.507.111	3.111.977	2.267.944	2.733.294
Outras Despesas Correntes	15	4.446.426	4.287.069	2.080.473	583.370	428.202	2.206.597
DESPESAS DE CAPITAL		3.127.411	3.149.935	91.161	2.020	1.098	3.058.774
Investimentos		3.127.411	3.149.935	91.161	2.020	1.098	3.058.774
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.085.136	1.085.136	-	-	-	1.085.136
TOTAL		21.899.378	21.762.545	12.678.744	3.697.367	2.697.243	9.083.801

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Anexos

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares
31/03/2024

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		209.075	767.888	363.162	339.695	42.375	594.894
Pessoal e Encargos Sociais		10.479	28.920	8.410	5.861	1.126	32.412
Outras Despesas Correntes		198.596	738.968	354.752	333.833	41.249	562.482
DESPESAS DE CAPITAL		1.197.711	1.427.151	380.416	284.158	16.303	2.324.401
Investimentos		1.197.711	1.427.151	380.416	284.158	16.303	2.324.401
TOTAL	16	1.406.787	2.195.038	743.578	623.853	58.678	2.919.295

Fonte: Siafi.

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

R\$ milhares
31/03/2024

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		2.529	924.194	923.376	335	3.012
Pessoal e Encargos Sociais		299	842.409	842.359	90	258
Outras Despesas Correntes		2.230	81.785	81.017	244	2.753
DESPESAS DE CAPITAL		25.081	68.026	22.250	-	70.857
Investimentos		25.081	68.026	22.250	-	70.857
TOTAL	17	27.610	992.220	945.627	335	73.868

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro*Ingressos*

R\$ milhares

INGRESSOS	NE	31/03/2024	31/03/2023
Receitas Orçamentárias		1.503.906	1.549.840
Ordinárias		-	-
Vinculadas		1.553.651	1.630.447
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		363.291	317.291
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.190.334	1.312.585
Recursos Não Classificados		26	571
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(49.745)	(80.608)
Transferências Financeiras Recebidas	18	12.978.542	11.977.880
Resultantes da Execução Orçamentária		11.309.914	10.790.352
Cota Recebida		4.039.688	3.888.091
Repasse Recebido		3.837.327	3.691.625
Sub-repasse Recebido		3.369.582	3.190.733
Repasse Devolvido		63.311	19.550
Sub-repasse Devolvido		6	353
Independentes da Execução Orçamentária		1.668.628	1.187.528
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		1.567.158	1.060.689
Demais Transferências Recebidas		9.161	44.763
Movimentação de Saldos Patrimoniais		92.309	82.076
Recebimentos Extraorçamentários		9.993.549	9.361.900
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.000.124	767.714
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		8.981.377	8.576.042
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		5.563	14.567
Outros Recebimentos Extraorçamentários		6.485	3.577
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		6.317	3.236
Restituições a Pagar		167	316
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		1	26
Saldo do Exercício Anterior		6.688.460	5.751.586
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.688.460	5.751.586
TOTAL		31.164.456	28.641.206

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro*Dispêndios*R\$ milhares
31/03/2024

DISPÊNDIOS	NE	31/03/2024	31/03/2023
Despesas Orçamentárias		12.678.744	11.939.892
Ordinárias		8.655.842	6.689.873
Vinculadas		4.022.902	5.250.019
Seguridade Social (Exceto Previdência)		880.197	4.346.683
Previdência Social (RPPS)		2.168.219	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		974.486	903.335
Transferências Financeiras Concedidas	18	9.037.153	8.548.454
Resultantes da Execução Orçamentária		7.333.847	6.966.984
Repasso Concedido		3.839.368	3.732.748
Sub-repasso Concedido		3.369.582	3.199.332
Cota Devolvida		61.579	15.000
Repasso Devolvido		63.311	19.550
Sub-repasso Devolvido		6	353
Independentes da Execução Orçamentária		1.703.306	1.581.470
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		1.013.354	714.961
Demais Transferências Concedidas		5.362	28.831
Movimento de Saldos Patrimoniais		684.590	837.678
Pagamentos Extraorçamentários		2.295.315	1.959.299
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		945.627	937.159
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		623.853	363.274
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.657	11.430
Outros Pagamentos Extraorçamentários		716.178	647.436
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		715.832	644.084
Valores Compensados		28	4
Demais Pagamentos		319	3.349
Saldo para o Exercício Seguinte		7.153.244	6.193.562
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.153.244	6.193.562
TOTAL		31.164.456	28.641.206

Fonte: Siafi.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Ingressos e Desembolsos

R\$ milhares

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS	NE	31/03/2024	31/03/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		695.930	564.987
INGRESSOS		14.486.987	13.540.288
Receita Tributária		154.863	180.422
Receita de Contribuições		68	61
Receita Patrimonial		805.666	703.870
Receita de Serviços		15.550	14.638
Remuneração das Disponibilidades		155.185	138.375
Outras Receitas Derivadas e Originárias		371.383	510.133
Outros Ingressos Operacionais		12.984.273	11.992.789
Ingressos Extraorçamentários		5.563	14.567
Restituições a Pagar		167	316
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		1	26
Transferências Financeiras Recebidas	18	12.978.542	11.977.880
DESEMBOLSOS		(13.791.056)	(12.975.300)
Pessoal e Demais Despesas		(3.598.562)	(3.317.456)
Judiciário		(91)	-
Administração		(35.468)	(24.134)
Segurança Pública	19	(2.438.856)	(2.226.579)
Previdência Social		(1.056.880)	(1.017.957)
Educação		(10)	(217)
Cultura		(1)	-
Direitos da Cidadania		(14.579)	(13.698)
Gestão Ambiental		(216)	(595)
Organização Agrária		-	(3)
Transporte		(85)	(3)
Encargos Especiais		(58.694)	(37.505)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas–Cartão de Pagamento		6.317	3.236
Transferências Concedidas		(429.506)	(450.525)
Intergovernamentais		(79.714)	(130.209)
A Estados e/ou Distrito Federal		(77.494)	(126.087)
A Municípios		(2.220)	(4.122)
Intragovernamentais		(342.619)	(319.027)
Outras Transferências Concedidas		(7.173)	(1.289)
Outros Desembolsos Operacionais		(9.762.988)	(9.207.320)
Dispêndios Extraorçamentários		(9.657)	(11.430)
Transferências Financeiras Concedidas	18	(9.037.153)	(8.548.454)
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		(715.832)	(644.084)
Valores Compensados		(28)	(4)
Demais Pagamentos		(319)	(3.349)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(231.146)	(123.012)
INGRESSOS		1.192	2.341
Alienação de Bens		1.192	2.341
DESEMBOLSOS		(232.338)	(125.353)
Aquisição de Ativo Não Circulante	20	(228.003)	(113.185)
Outros Desembolsos de Investimentos		(4.335)	(12.168)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		464.784	441.975
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		6.688.460	5.751.586
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		7.153.244	6.193.562

Fonte: Siafi.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares
31/03/2024

Especificação	NE	Patrim./ Cap.Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023		-	-	-	6.372	18.631.707	-	-	18.638.080
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	220.491	(11.901)	-	-	208.590
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	447.049	(497.069)	-	-	(50.020)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	3.453.623	-	-	3.453.623
Saldo Final do Exercício 2023		-	-	-	673.912	21.576.361	-	-	22.250.274

Especificação	NE	Patrim. / Cap. Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024		-	-	-	673.912	21.576.361	-	-	22.250.274
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	2.000	(8.734)	-	-	(6.734)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	33.273	-	-	-	33.273
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	1.976.251	-	-	1.976.251
Saldo Final do Exercício 2024	21	-	-	-	709.185	23.543.879	-	-	24.253.064

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

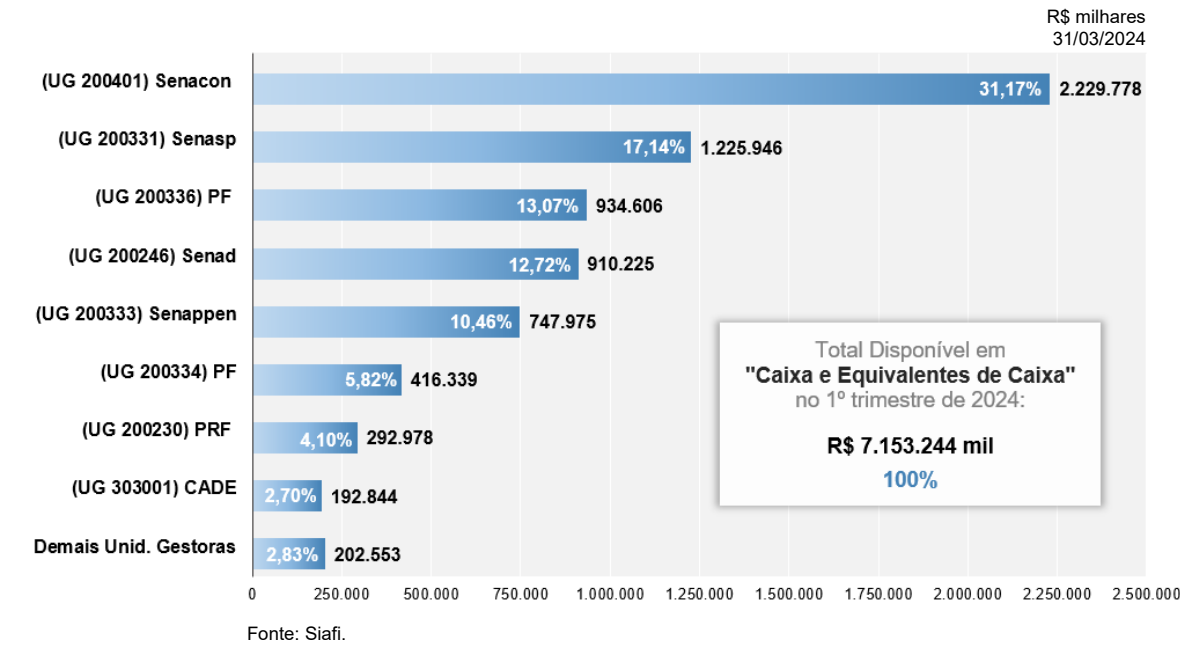
No final do 1º trimestre de 2024, os recursos disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa” representaram R\$ 7.153.244 mil (50,43%) do total do Ativo Circulante, sendo R\$ 6.950.690 mil (97,17%) do referido montante assim distribuídos entre as oito (8) unidades gestoras mais representativas:

- a) R\$ 2.229.778 mil (31,17%) na UG 200401 do Senacon;
- b) R\$ 1.225.946 mil (17,14%) na UG 200331 do Senasp;
- c) R\$ 934.606 mil (13,07%) na UG 200336 da PF;
- d) R\$ 910.225 mil (12,72%) na UG 200246 da Senad;
- e) R\$ 747.975 mil (10,46%) na UG 200333 do Senappen;
- f) R\$ 416.339 mil (5,82%) na UG 200334 da PF;
- g) R\$ 292.978 mil (4,10%) na UG 200230 da PRF; e
- h) R\$ 192.844 mil (2,70%) na UG 303001 do CADE.

As demais unidades gestoras executoras que apresentaram saldo no fechamento do 1º trimestre de 2024, as quais somaram 86 unidades distintas, englobaram R\$ 202.553 mil (2,83%) do total dos recursos disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

Cumprir destacar que a representatividade de (10,46%) do Senappen deve-se à existência do Funpen - Fundo Penitenciário Nacional, regulamentado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

Figura 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis



Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

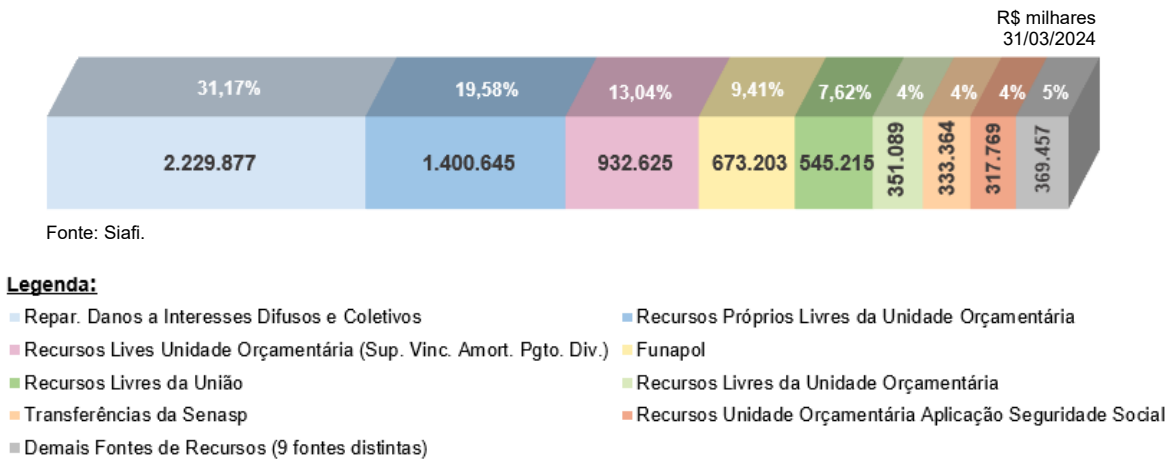
Em março de 2024, R\$ 6.783.787 mil (94,84%) dos recursos financeiros disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes:

- a) R\$ 2.229.877 mil (31,17%) em repar. danos a interesses difusos e coletivos;
- b) R\$ 1.400.645 mil (19,58%) em recursos próprios livres na unidade orçamentária;
- c) R\$ 932.625 mil (13,04%) em recursos livres na unidade orçamentária (sup. vinc. amort. pgto. div.);
- d) R\$ 673.203 mil (9,41%) no Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim

da Polícia Federal - Funapol;
e) R\$ 545.215 mil (7,62%) em recursos Livres da União;
f) R\$ 351.089 mil (4,91%) em recursos livres da unidade orçamentária;
g) R\$ 333.364 mil (4,66%) em transferências do Senasp; e
h) R\$ 317.769 mil (4,44%) em recursos da unidade orçamentária aplicados na seguridade social;

As fontes de recursos menos representativas corresponderam R\$ 369.457 mil (5,16%) do total das fontes de recursos financeiros, distribuídas entre 9 tipos de fontes distintas.

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte



Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados nas DFC, ressaltamos a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Esclarecemos ainda que o referido conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”. No primeiro trimestre de 2024, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi positivo de R\$ 464.784 mil, sendo R\$ 695.930 mil (149,73%) impactado pelas atividades operacionais e R\$ -231.146 mil (-49,73%) devido às atividades de investimento.

Com relação aos fluxos de caixa das atividades operacionais, destacam-se as "Transferências Financeiras Recebidas" que, conforme pode-se observar na DFC, em março de 2024, somaram R\$ 12.978.542 mil (89,59% %) do total dos ingressos das atividades operacionais. Com relação aos dispêndios das atividades operacionais, "Transferências Financeiras Concedidas", com R\$ -9.037.153 mil (65,53%) e "Pessoal e Demais Despesas", com R\$ -3.598.562 mil (26,09%) totalizaram R\$ -12.635.715 (91,62%). As transferências financeiras recebidas e concedidas foram detalhadas na nota explicativa 18 - "Transferências Intragovernamentais". O dispêndio mais representativo de "Pessoal e Demais Despesas" foi detalhado na nota explicativa 19 - "Segurança Pública".

Destaca-se ainda, com referência ao fluxo de caixa das atividades de investimento, que R\$ -228.003 mil (98,64%) do saldo apresentado se referem às aquisições de ativos não circulantes, as quais constam detalhadas na nota explicativa de número 20.

Portanto, com relação ao resultado financeiro positivo de R\$ 464.784 mil, no primeiro trimestre de 2024 do MJSP, quanto ao fluxo de caixa das atividades operacionais, os ingressos e dispêndios supracitados representaram os impactos mais relevantes; assim como as aquisições de ativos não circulantes, com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento.

Tabela 01 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

R\$ milhares

Descrição	31/03/2024	31/12/2023	2024-2023	AV% (2024)	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	695.930	564.987	130.943	149,73	23,18
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(231.146)	(123.012)	(108.134)	(49,73)	87,91
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	464.784	441.975	22.809	100,00	5,16

Fonte: Siafi.

Nota 02 – Créditos a Curto Prazo – BP

Os "Créditos a Curto Prazo", no primeiro trimestre de 2024, de R\$ 6.878.705 mil, corresponderam aos registros na conta contábil "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo", consolidados no balanço patrimonial. Foram provenientes, sobretudo do CADE, totalizando 5.600.672 mil (81,42%), sendo que as multas aplicadas por condutas de infração à ordem econômica, representaram R\$ 5.595.828 mil, ou seja, (99,91%) do total dos registros do CADE, conforme apresentado na "Tabela 02" e "Figura 03".

Tabela 02 – Créditos a Curto Prazo – composição por órgão

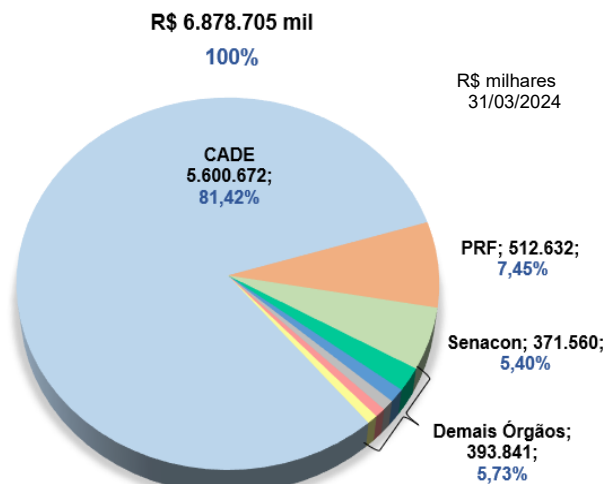
R\$ milhares

Créditos a Curto Prazo	31/03/2024	31/12/2023	AV %	AH%
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	5.600.672	4.026.283	81,42	39,10
Polícia Rodoviária Federal	512.632	469.311	7,45	9,23
Secretaria Nacional do Consumidor	371.560	369.853	5,40	0,46
Secretaria Nacional de Políticas Penais	142.266	171.275	2,07	(16,94)
Secretaria Nacional Antidrogas	81.055	78.703	1,18	2,99
Polícia Federal	60.625	52.628	0,88	15,20
Ministério da Justiça e Segurança Pública	54.991	44.339	0,80	24,02
Secretaria Nacional de Segurança Pública	54.888	49.280	0,80	11,38
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	16	16	0,00	(0,88)
Total	6.878.705	5.261.687	100,00	30,73

Fonte: Siafi.

Figura 03– Créditos a Curto Prazo – por órgão

Créditos a Curto Prazo: Demais Créditos e Valores a Curto Prazo



Fonte: Siafi.

Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP

No final do primeiro trimestre de 2024, os "Créditos a Longo Prazo" representaram R\$ 3.239.907 mil, ou seja, 100% do "Ativo Realizável a Longo Prazo" e 27,64% do total do "Ativo não Circulante", assim distribuídos entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- R\$ 3.135.301 mil (96,77%) no CADE;
- R\$ 55.671 mil (1,72%) no MJSP;
- R\$ 45.687 mil (1,41%) no Senasp; e
- R\$ 3.248 mil (0,10%) nos demais órgãos, cujas representações podem ser observadas na "Tabela 03".

03".

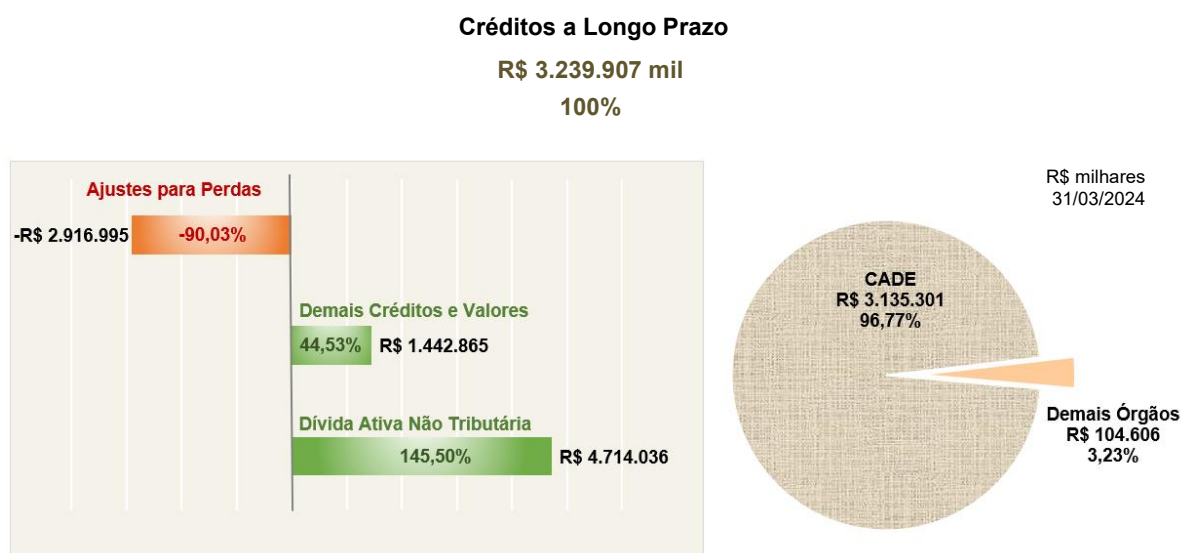
Tabela 03 – Créditos a Longo Prazo – composição por órgão

R\$ milhares

Grupos de Contas de Créditos a Longo Prazo	31/03/2023	31/12/2023	AV %	AH %
Dívida Ativa não Tributária	4.714.036	4.714.600	145,50	(0,01)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.714.036	4.714.600	145,50	(0,01)
Demais Créditos e Valores	1.442.865	1.440.058	44,53	0,19
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.338.259	1.340.100	41,31	(0,14)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	55.671	48.617	1,72	14,51
Secretaria Nacional de Segurança Pública	45.687	45.687	1,41	0,00
Secretaria Nacional do Consumidor	1.507	1.507	0,05	0,00
Secretaria Nacional de Políticas Penais	948	948	0,03	0,00
Secretaria Nacional Antidrogas	644	644	0,02	0,00
Polícia Federal	83	2.489	0,00	(96,67)
Polícia Rodoviária Federal	66	66	0,00	0,00
Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	(2.916.995)	(2.916.995)	(90,03)	0,00
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(2.916.995)	(2.916.995)	(90,03)	0,00
Total de Créditos a Longo Prazo	3.239.907	3.237.663	100,00	0,07

Fonte: Siafi.

Figura 04 – Créditos a Longo Prazo – composição por grupo de contas



Fonte: Siafi.

Dívida Ativa não Tributária

A “Dívida Ativa não Tributária”, decorrente dos demais créditos da Fazenda Pública, de contratos em geral ou de outras obrigações legais, foi composta em R\$ 4.714.036 mil (100%) pelo CADE, no primeiro trimestre de 2024, cujo saldo foi impactado em R\$ 1.859.198 mil (39,44%) pelas seguintes empresas:

- Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda.- R\$ 860.574 mil (18,26%);
- Rumo S.A.- R\$ 314.366 mil (6,67%);
- Gerdau S.A. - R\$ 259.799 mil (5,51%)
- Mann+Hummel Brasil Ltda. – R\$ 158.054 mil (3,35%)
- Varig Logística S.A (falida) – R\$ 151.883 mil (3,22%)
- ERJ Administração e Restaurantes de Empresas Ltda. – R\$ 114.573 mil (2,43%)

A composição do saldo restante de “Dívida Ativa não Tributária” foi proveniente de 1.126 registros contábeis distintos do CADE, os quais somaram R\$ 2.854.839 mil (60,56%) da referida rubrica.

Demais Créditos e Valores

Os “Demais Créditos e Valores” representaram R\$ 1.442.865 mil (44,53%) dos “Créditos a Longo Prazo”, no primeiro trimestre de 2024, sendo R\$ 1.338.259 mil (92,75%) do referido montante registrados no CADE.

Os registros mais representativos somaram R\$ 1.077.178 mil, representando 74,66% do grupo de contas “Demais Créditos e Valores”, decorrentes da contabilização pelo CADE de multas aplicadas por condutas de infrações à ordem econômica às seguintes empresas:

- a) CNO S.A., com R\$ 529.488 mil (36,70%);
- b) Construtora Coesa S.A. – em recuperação judicial, com R\$ 284.581 mil (19,72%); e
- c) Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A., com R\$ 263.109 mil (18,24%).

Ajuste para Perdas em Créditos a Longo Prazo – CADE

Com relação à composição de saldos dos Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo, descrevemos a seguir a metodologia de contabilização utilizada pelo Cade, de acordo com a Macrofunção 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas:

(...)

Observa-se que para calcular o Ajuste para Perdas Estimadas com Dívida Ativa, usa-se o seguinte cálculo:

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber)

(...)

Transformando esses dados em números temos:

- Perdas Estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber – (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber), onde;
 - Perda Estimada = R\$ 4.696.341.016,02 – (0,37887927 x 4.696.341.016,02);
 - Perda Estimada = R\$ 4.696.341.016,02 – 1.779.346.260,19;

Perda estimada = 2.916.994.755,84

Baseando-se no item 6.3 da macrofunção, onde diz: “Dadas as diversidades de ativos e peculiaridades de cada um deles, é possível que, para refletir de maneira mais fidedigna a real situação do ativo, outra metodologia se mostre mais adequada, ou mesmo alguma variação da metodologia sugerida acima.”, utilizou-se uma variação da fórmula apresentada onde foi considerado os últimos quatro anos para o cálculo do ajuste para perdas da dívida ativa.

Os dados extraídos do Tesouro Gerencial consideraram todo movimento credor da conta, conforme mostra tabela a seguir:

Aplicando os valores às fórmulas, temos:

· **Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12**

- Média mensal de recebimentos **2019** = 381.270.413,94 / 12 = **R\$ 31.722.534,50**
 - Média mensal de recebimentos **2020** = 25.374.225,67 / 12 = **R\$ 2.114.518,81**
 - Média mensal de recebimentos **2021** = 48.026.393,19 / 12 = **R\$ 4.002.199,43**
 - Média mensal de recebimentos **2022** = 80.438.267,49 / 12 = **R\$ 6.703.188,96**
 - Média mensal de recebimentos **2023** = 39.556.310,06 / 12 = **R\$ 3.296.359,17**

· **Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12**

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2019** = 239.894.308,93/12 = **R\$ 19.991.192,41**
 - Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2020** = 312.622.303,46/12 = **R\$ 26.051.858,62**
 - Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2021** = 737.742.339,29/12 = **R\$ 61.478.528,27**
 - Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2022** = 679.161.830,58 = **R\$ 56.596.819,22**
 - Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2023** = 979.910.487,30 = **R\$ 81.659.207,28**

· **Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1**

- Quociente de recebimento para o exercício 2019 = $31.722.534,50 / 19.991.192,41 = 1,58932663$

· **Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2**

- Quociente de recebimento para o exercício 2020 = $2.114.518,81 / 26.051.858,62 = 0,08116576$

· **Quociente de recebimento para o exercício x3 = Média mensal de recebimentos do exercício x3 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x3**

- Quociente de recebimento para o exercício 2021 = $4.002.199,43 / 61.478.528,27 = 0,06509914$

· **Quociente de recebimento para o exercício x4 = Média mensal de recebimentos do exercício x4 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x4**

- Quociente de recebimento para o exercício 2022 = $6.703.188,96 / 56.596.819,22 = 0,11843756$

· **Quociente de recebimento para o exercício x5 = Média mensal de recebimentos do exercício x5 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x5**

- Quociente de recebimento para o exercício 2023 = $3.296.359,17 / 81.659.207,28 = 0,04036727$

· **(Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3 + Quociente de recebimento para o exercício x4 + Quociente de recebimento para o exercício x5) / 5**

- Quociente médio de recebimento = $(1,58932663 + 0,08116576 + 0,06509914 + 0,11843756 + 0,04036727) / 5$

- Quociente médio de recebimento = **0,37887927**

Assim sendo, o Quociente médio de recebimento utilizado na fórmula da Perda Estima é o **0,37887927**.

Considerando todos os cálculos utilizados acima, obteve-se o valor de **R\$ 2.916.994.755,83** (dois bilhões, novecentos e dezesseis milhões, novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos) de Perda Estimada, o que representa 62,11% da Dívida Ativa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Em 2022 o valor contabilizado era de R\$ 2.015.059.627,51. Em 29/12/2023 realizou-se contabilização de R\$ 901.935.128,33 como valor complementar de ajuste para Perdas de Dívida Ativa. O valor total da conta é de R\$ 2.916.994.755,83.

Nota 04 – Ativo Imobilizado – BP

O Ativo Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (tangíveis) – bens móveis e imóveis – destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. Inclusive, os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No 1º trimestre de 2024, o MJSP registrou o valor contábil líquido de R\$ 8.091.528 mil de bens móveis e imóveis, sendo R\$ 3.947.810 mil (48,79%) de bens móveis e R\$ 4.143.718 mil (51,21%) de bens imóveis, conforme demonstrado na “Tabela 04”.

Tabela 04 – Ativo Imobilizado – composição

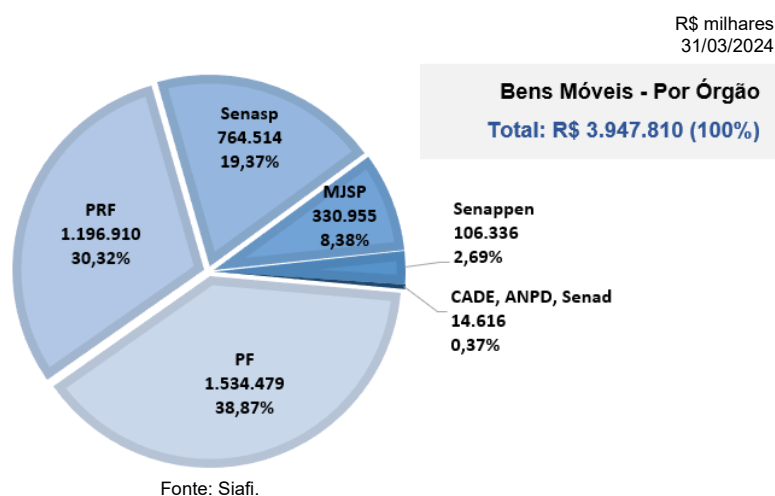
R\$ milhares				
Ativo Imobilizado	31/03/2024	31/12/2023	AV (%)	AH (%)
Bens Móveis	3.947.810	3.813.402	48,79	3,52
Bens móveis - consolidação	5.369.660	5.200.954	66,36	3,24
Deprec., Exaustão e Amortiz Acumulada de bens móveis	(1.421.850)	(1.387.552)	(17,57)	2,47
Bens Imóveis	4.143.718	4.091.359	51,21	1,28
Bens imóveis - consolidação	4.149.164	4.096.438	51,28	1,29
Deprec., Exaustão e Amortiz Acumulada de bens imóveis	(5.447)	(5.079)	(0,07)	7,24
Total	8.091.528	7.904.761	100,00	2,36

Fonte: Siafi.

Ativo Imobilizado: Bens Móveis

No final do primeiro trimestre de 2024, os bens móveis totalizaram R\$ 3.947.810 mil, assim registrados no MJSP:

- a) R\$ 1.534.479 mil (38,87%) na PF;
- b) R\$ 1.196.910 mil (30,32%) na PRF;
- c) R\$ 764.514 mil (19,37%) na Senasp;
- d) R\$ 330.955 mil (8,38%) no MJSP;
- e) R\$ 106.336 mil (2,69%) no Senappen;
- f) R\$ 12.608 mil (0,32%) no CADE;
- g) R\$ 1.005 mil (0,03%) na ANPD; e
- h) R\$ 1.003 mil (0,03%) na Senad.

Figura 05 – Bens Móveis – composição por órgão

Conforme destacado na “Tabela 05”, “Veículos” representaram R\$ 2.114.685 mil (53,57%) do total dos registros de bens móveis, desconsiderada a depreciação.

Tabela 05 – Composição dos Bens Móveis – por conta contábil

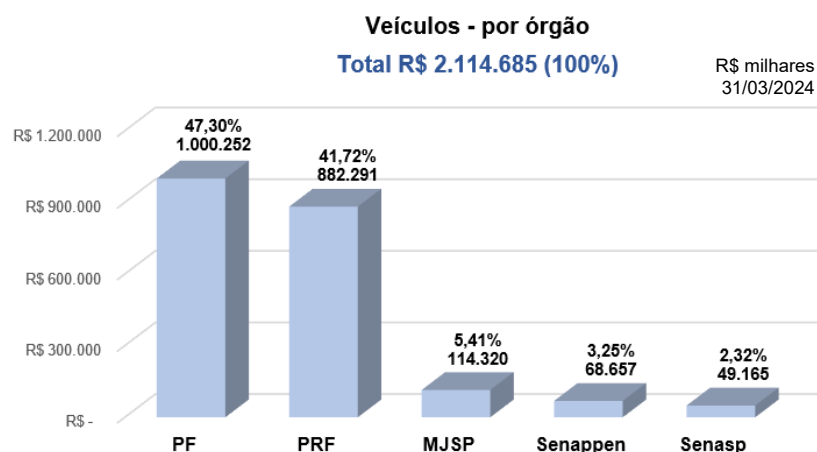
R\$ milhares

Descrição	31/03/2024	31/12/2023	AV(%)	AH(%)
Veículos	2.114.685	2.118.098	53,57	-0,16
Bens de Informática	866.596	860.176	21,95	0,75
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	828.930	827.163	21,00	0,21
Bens Móveis em Almoxarifado	749.006	611.296	18,97	22,53
Móveis e Utensílios	213.187	211.891	5,40	0,61
Bens Móveis em Andamento	192.986	202.056	4,89	-4,49
Armamentos	181.844	182.930	4,61	-0,59
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	121.663	123.212	3,08	-1,26
Demais Bens Móveis	99.109	62.371	2,51	58,90
Semoventes	1.655	1.761	0,04	-6,03
Subtotal	5.369.660	5.200.954	136,02	3,24
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.421.850)	(1.387.552)	(36,02)	2,47
Total Líquido	3.947.810	3.813.402	100,00	3,52

Fonte: Siafi.

Na “Figura 06”, no primeiro trimestre de 2024, a rubrica “Veículos” foi composta sobretudo pelos registros da PF e da PRF, cujos órgãos somaram R\$ 1.882.543 mil (89,02%) de representação, sendo R\$ 1.000.252 mil (47,30%) da PF e R\$ 882.291 mil (41,72%) da PRF. Tais bens são utilizados prioritariamente para as atividades inerentes à função policial.

Figura 06 – Veículos – por órgão

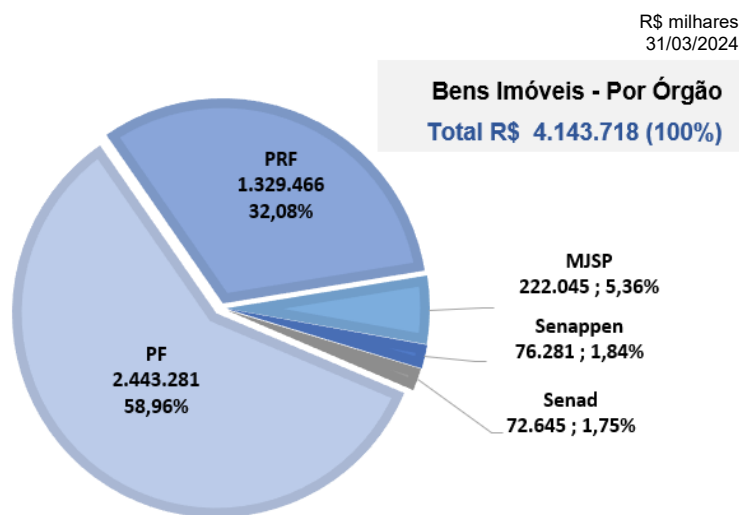


Fonte: Siafi.

Ativo Imobilizado: Bens Imóveis

O saldo líquido de “Bens Imóveis” do MJSP, ou seja, após depreciações, amortizações e reavaliações, totalizaram R\$ 4.143.718 mil, no primeiro trimestre de 2024, representando 51,21% do total do Ativo Imobilizado. A PF e a PRF representaram R\$ 3.772.747 mil (91,05%) do referido montante, sendo R\$ 2.443.281 mil (58,96%) da PF e R\$ 1.329.466 mil (32,08%) da PRF. Os demais órgãos somaram R\$ 370.971 mil (8,95%) do total dos bens imóveis, conforme demonstrado na “Figura 07”.

Figura 07 – Bens Imóveis – por órgão



Fonte: Siafi.

Os “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União)” do MJSP, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a R\$ 3.543.891 mil (85,52%) do total dos bens imóveis no primeiro trimestre de 2024, conforme demonstrado na “Tabela 06”.

As rubricas “Edifícios” e “Terrenos e Glebas” representaram, respectivamente, R\$ 1.451.108 mil (40,95%) e R\$ 994.759 mil (28,07%); totalizando, assim, R\$ 2.445.867 (69,02%) do total de “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”. A PF registrou R\$ 1.063.509 mil em “Edifícios”, representando 73,29% do total dos registros na referida rubrica, conforme demonstrado na “Tabela 07”.

Por fim, ressalta-se que os “Bens de uso especial não registrados no SPIUnet”, ou seja, sobre os quais os registros constam apenas do Siafi, representaram apenas R\$ 7.971 mil (0,19%) do total dos bens imóveis.

Tabela 06 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

R\$ milhares

Descrição	31/03/2024	31/12/2023	AV(%)	AH(%)
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	3.543.891	3.512.420	85,52	0,90
Bens Imóveis em Andamento	517.245	500.521	12,48	3,34
Instalações	53.600	49.550	1,29	8,17
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	13.914	13.456	0,34	3,41
Bens Dominicais Não Registrados no Siapa	12.543	12.543	0,30	0,00
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet	7.971	7.926	0,19	0,57
Demais Bens Imóveis	-	22	0,00	(100,00)
Subtotal – saldo bruto	4.149.164	4.096.438	100,13	1,29
Amortização Acumulada - bens imóveis	(533)	(465)	(0,01)	14,51
Depreciação Acumulada - bens imóveis	(4.914)	(4.613)	(0,12)	6,51
Total líquido	4.143.718	4.091.359	100,00	1,28

Fonte: Siafi.

Tabela 07 - Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet – por tipo

R\$ milhares

BENS DE USO ESPECIAL	31/03/2024	31/12/2023	AV (%)	AH (%)
Edifícios	1.451.108	1.439.862	40,95	0,78
PF	1.063.509	1.060.435	30,01	0,29
PRF	238.398	230.226	6,73	3,55
MJSP	148.107	148.107	4,18	-
Senad	776	776	0,02	-
Senappen	319	319	0,01	-
Terrenos e Glebas	994.759	991.633	28,07	0,32
PF	615.381	611.666	17,36	0,61
PRF	273.266	273.897	7,71	(0,23)
MJSP	58.680	58.680	1,66	-
Senad	36.538	36.496	1,03	0,12
Senappen	10.894	10.894	0,31	-
Presídios e Delegacias	369.378	368.031	10,42	0,37
PF	263.350	262.679	7,43	0,26
Senappen	61.619	61.619	1,74	-
PRF	44.409	43.734	1,25	1,54
Postos de Fiscalização	366.760	343.485	10,35	6,78
PRF	285.309	262.033	8,05	8,88
PF	81.452	81.452	2,30	-
Complexos, Fábricas e Usinas	128.644	128.644	3,63	-
PF	128.644	128.644	3,63	-
Armazéns e Galpões	115.445	115.445	3,26	-
PF	91.369	91.369	2,58	-
PRF	22.871	22.871	0,65	-
Senad	1.204	1.204	0,03	-
Imóveis Residenciais e Comerciais	59.569	53.992	1,68	10,33
Senad	23.239	20.954	0,66	10,91
PRF	19.161	17.238	0,54	11,16
PF	17.169	15.800	0,48	8,66
Alfândegas	20.910	20.910	0,59	-
PRF	20.669	20.669	0,58	-
PF	241	241	0,01	-
Fazendas, Parques e Reservas	10.880	24.080	0,31	(54,82)
Senad	10.880	24.080	0,31	(54,82)
Salas	10.510	10.510	0,30	-
PF	9.426	9.426	0,27	-
PRF	979	979	0,03	-
Senad	105	105	0,00	-
Lojas	7.719	7.719	0,22	-
PF	7.719	7.719	0,22	-
Autarquias e Fundações	6.448	6.348	0,18	1,57
PF	6.348	6.348	0,18	-

Senad	100	-	0,00	-
Faróis	758	758	0,02	-
PF	758	758	0,02	-
Outros Bens Imóveis Registrados no SPIUnet	702	702	0,02	-
PRF	702	702	0,02	-
Estacionamentos e Garagens	300	300	0,01	-
PF	300	300	0,01	-
Total de Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	3.543.891	3.512.420	100,00	0,90

Fonte: Siafi.

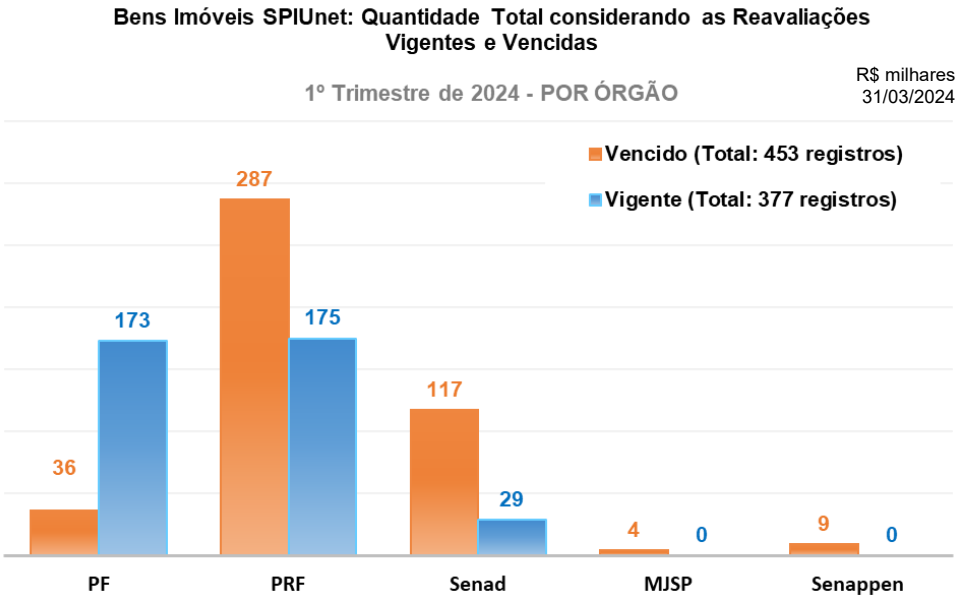
Registros de Bens Imóveis no SPIUnet

O Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial - SPIUNET - é o sistema que abriga os dados cadastrais de imóveis classificados como uso especial quanto à sua destinação no âmbito da Secretaria de Patrimônio da União – SPU. Neste sistema, cada imóvel possui um Registro Imobiliário Patrimonial – RIP – que é um número de identificação do bem, sob o qual são registradas todas as informações referentes ao imóvel e a sua utilização/destinação. As atualizações desses registros devem ser periódicas, uma vez que tais informações possuem prazo de validade quanto aos seus cadastros. Diante disso, existem dados com prazos de validade “vigentes” e “vencidos” neste sistema, as quais foram apresentadas neste tópico, para fins de esclarecimentos adicionais à rubrica contábil de “Bens Imóveis”.

Quanto à quantidade de bens cadastrados, conforme o panorama atual dos referidos registros, detalhados por órgão vinculado ao MJSP, o qual pode ser observado na “Figura 08”, o SPIUnet apresentou 830 registros, no primeiro trimestre de 2024, sendo 462 (55,66%) registros na PRF, dos quais 287 (62,12%) encontram-se vencidos.

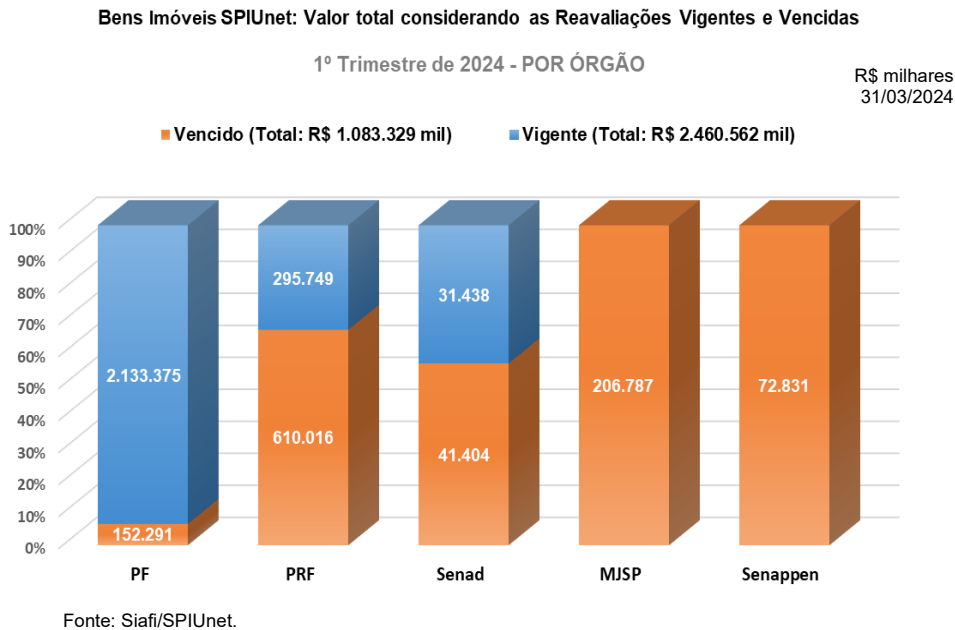
Com relação ao montante monetário, existem atualmente R\$ 3.543.891 mil em registros de bens imóveis no referido sistema, sendo que R\$ 1.083.329 mil (54,58%) se encontram “vencidos”, ou seja, com seus respectivos dados cadastrais pendentes de atualização, conforme pode-se verificar na “Figura 09”.

Figura 08 – Quantidade dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Fonte: Siafi/SPIUnet.

Figura 09 – Valores (R\$ mil) dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Nota 05 – Ativo Intangível – BP

No primeiro trimestre de 2024, os órgãos vinculados PF e MSJP totalizaram R\$ 329.884 mil (84,42%) dos registros de “Intangível” evidenciados no Balanço Patrimonial; sendo R\$ 214.592 mil (54,92%) na PF e R\$ 115.292 mil (29,50%) no MJSP. Conforme pode-se observar na “Tabela 08” abaixo, apenas a Polícia Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica apresentaram registros de amortizações dos referidos ativos.

Destaca-se que a Portaria ME nº 232, de 02 de junho de 2020, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos; o qual apresenta, entre outras soluções, a automatização dos registros de amortizações. No entanto, não foram identificadas evidências contábeis de que a implantação do SIADS está operando regularmente com relação às amortizações.

Para a implantação de tal sistema, portanto, tais órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública se manifestaram, mediante processo formal interno; sendo que, a maioria deles, apresentou um cronograma de implantação, iniciado em 2020; com exceção da Polícia Federal - PF e da Polícia Rodoviária Federal - PRF, que devido às especificidades desenvolvidas em suas atividades, apresentaram considerações quanto à utilização do referido sistema.

Tabela 08 – Ativo Intangível

R\$ milhares

Nome da Conta	Nome do Órgão	31/03/2024	31/12/2023	AV (%)	AH (%)
Softwares com vida útil definida	Ministério da Justiça e Segurança Pública	89.683	93.163	22,95	(3,74)
	Polícia Federal	53.477	54.825	13,69	(2,46)
	Conselho Administ. de Defesa Econômica	9.897	9.887	2,53	0,10
	Polícia Rodoviária Federal	2.129	2.129	0,54	0,00
	Secretaria Nacional de Políticas Penais	1.510	1.510	0,39	0,00
	Secretaria Nacional de Segurança Pública.	710	710	0,18	0,00
	Total	157.405	162.223	40,28	(2,97)
Softwares com vida útil definida - em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	13.684	11.851	3,50	15,46
	Total	13.684	11.851	3,50	15,46

Softwares com vida útil indefinida	Polícia Federal	160.032	160.032	40,95	0,00
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	25.609	22.273	6,55	14,98
	Polícia Rodoviária Federal	22.364	22.364	5,72	0,00
	Conselho Administ. de Defesa Econômica	6.123	6.123	1,57	0,00
	Secretaria Nacional de Segurança Pública.	5.979	5.979	1,53	0,00
	Secretaria Nacional de Políticas Penais	10	10	0,00	0,00
Total		220.118	216.782	56,33	1,54
Softwares com vida útil indefinida - em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	53.604	52.746	13,72	1,63
	Total	53.604	52.746	13,72	1,63
Softwares não localizados	Polícia Federal	4	11	0,00	(64,92)
	Total	4	11	0,00	(64,92)
Amortização Acumulada - Softwares com vida útil definida	Polícia Federal	(52.525)	(52.287)	(13,44)	0,46
	Conselho Administ. de Defesa Econômica	(1.524)	(1.503)	-0,39	1,43
	Total	(54.050)	(53.790)	(13,83)	0,48
Total do Ativo Não Circulante - Intangível		390.766	389.823	100,00	0,24

Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – BP

No primeiro trimestre de 2024 foram contabilizados R\$ 877.033 mil em “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo”, as quais representaram (53,01%) do Passivo Circulante. Tais obrigações são constituídas por salários, remunerações, férias, benefícios assistenciais e previdenciários a pagar, dentre outros.

Na “Figura 10”, destaca-se a representatividade da PF e a PRF, sendo R\$ 548.867 mil (62,58%) na PF e R\$ 235.105 mil (26,81%) na PRF. Ambos os órgãos somaram 783.973 mil (89,39%) do total do referido grupo de contas.

Figura 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – por órgão

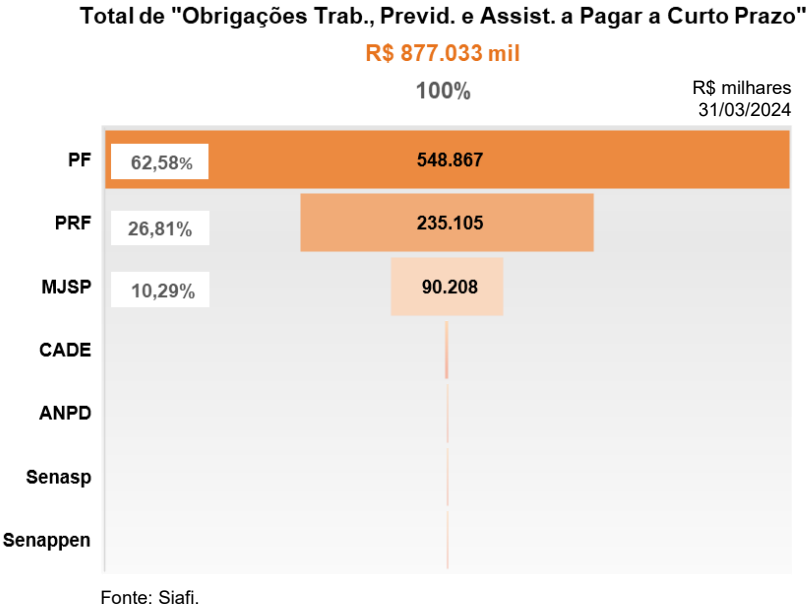


Tabela 09 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

R\$ milhares				
Descrição	31/03/2024	31/12/2023	AV %	AH %
Polícia Federal	548.867	564.918	62,58	(2,84)
Polícia Rodoviária Federal	235.105	299.426	26,81	(21,48)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	90.208	87.979	10,29	2,53
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.529	2.209	0,29	14,51
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	266	272	0,03	(2,37)

Secretaria Nacional de Segurança Pública	56	-	0,01	-
Secretaria Nacional de Políticas Penais	2	3	0,00	(42,79)
Total Geral	877.033	954.807	100,00	(8,15)

Fonte: Siafi.

Conforme detalhado na “Tabela 10”, a rubrica “Pessoal a Pagar” representou R\$ 867.336 mil (98,89%) do total das “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo”. Deste montante, R\$ 543.585 mil (62,67%) foram registrados na Polícia Federal e R\$ 231.138 mil (26,65%), na Polícia Rodoviária Federal. Ambos os órgãos totalizaram R\$ 774.723 mil (89,32%) de “Pessoal a Pagar”.

Tabela 10 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo

	R\$ milhares			
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo	31/03/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Pessoal a Pagar	867.336	944.518	98,89	(8,17)
Entidades de Previdência Privada e Complementar	4.243	4.361	0,48	(2,70)
Benefícios Previdenciários	3.062	3.193	0,35	(4,09)
Benefícios Assistenciais a Pagar	2.242	2.494	0,26	(10,08)
INSS a Pagar – Intra OFSS	79	116	0,01	(32,39)
INSS a Pagar	71	125	0,01	(43,26)
Total Geral	877.033	954.807	100,00	(8,15)

Fonte: Siafi.

Nota 07 – Demais Obrigações a Curto Prazo – BP

As “Demais Obrigações a Curto Prazo”, no primeiro trimestre de 2024, consolidadas em R\$ 507.561 mil no balanço patrimonial, conforme apresentado na “Tabela 11” e “Figura 11”, representaram 30,68% do total do Passivo Exigível, assim registradas nos órgãos do MJSP:

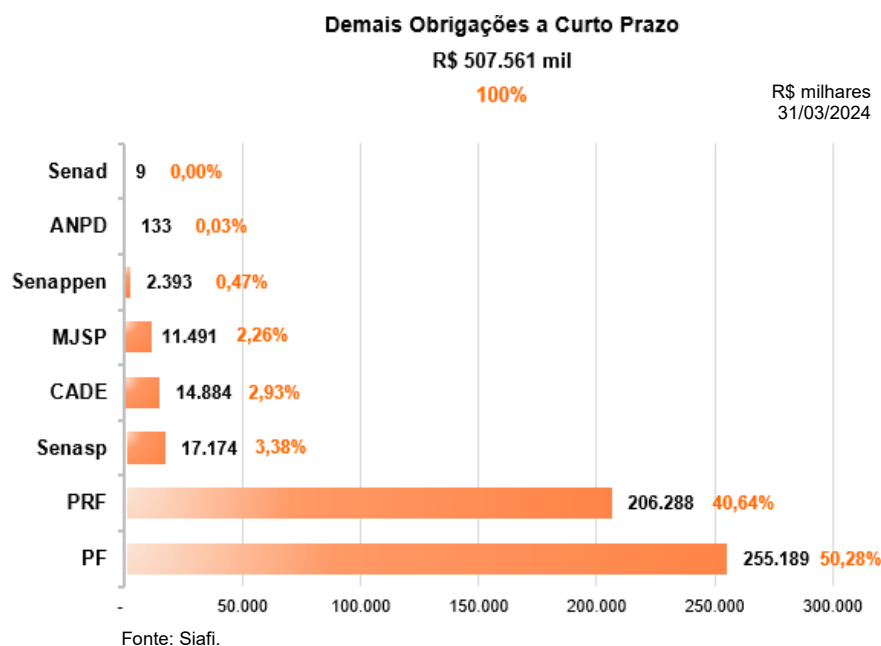
- a) R\$ 255.189 mil (50,28%) na PF;
- b) R\$ 206.288 mil (40,64%) na PRF;
- c) R\$ 17.174 mil (3,38%) no Senasp;
- d) R\$ 14.884 mil (2,93%) no CADE;
- e) R\$ 11.491 mil (2,26%) no MJSP; e
- f) R\$ 2.535 mil (0,50%) nos demais órgãos.

Tabela 11 – Demais Obrigações a Curto Prazo – composição por órgão

	R\$ milhares			
Órgão	31/03/2024	31/12/2023	AV %	AH%
Polícia Federal	255.189	71.875	50,28	255,04
Polícia Rodoviária Federal	206.288	195.444	40,64	5,55
Secretaria Nacional de Segurança Pública	17.174	23.894	3,38	(28,12)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	14.884	14.104	2,93	5,52
Ministério da Justiça e Segurança Pública	11.491	14.697	2,26	(21,81)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	2.393	578	0,47	314,06
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	133	12	0,03	1.029,03
Secretaria Nacional Antidrogas	9	-	0,00	0,00
Total	507.561	320.604	100,00	58,31

Fonte: Siafi.

Figura 11 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por órgão



Com referência a composição por grupo de contas, no primeiro trimestre de 2024, R\$ 489.894 mil (96,52%) das "Demais Obrigações a Curto Prazo", conforme apresentado na "Tabela 12", foram correspondentes às seguintes contabilizações:

- Consignações: R\$ 313.165 mil (61,70%); sendo R\$ 235.508 mil da PF e R\$ 62.152 mil da PRF, cujos órgãos somaram R\$ 297.660 mil (95,05%) – referentes às consignações para impostos, previdência, sindicatos/ associações/ cooperativas, empréstimos e financiamentos, serviços de processamento de dados, depósitos retidos de fornecedores e outros consignatários.
- Transferências Financeiras a Comprovar - TED: R\$ 119.435 mil (23,53%); sendo 85.965 mil da PRF e R\$ 14.308 mil da PF, cujos órgãos totalizaram R\$ 100.273 mil (83,86%) do referido montante.
- Depósitos não Judiciais: R\$ 57.294 mil (11,29%); sendo R\$ 56.880 mil (99,28%) da PRF.

Tabela 12 – Demais Obrigações a Curto Prazo – composição por grupo de contas

R\$ milhares

Grupo de Contas	31/03/2024	31/12/2023	AV %	AH%
Consignações	313.165	137.877	61,70	127,13
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	119.435	117.384	23,53	1,75
Depósitos não Judiciais	57.294	61.154	11,29	(6,31)
Valores em Trânsito Exigíveis	6.436	359	1,27	1.693,44
Obrigações com Entidades Federais – Consolid.	5.396	654	1,06	725,38
Diárias a Pagar	4.299	728	0,85	490,38
Indenizações, Restituições e Compensações	883	545	0,17	62,17
Obrigações Junto a Entidades Federais – Intra	293	1.139	0,06	(74,31)
Incentivos à Educação, Cultura e Outros	142	166	0,03	(14,14)
Obrigações com Entidades Estaduais	119	505	0,02	(76,55)
Depósitos Judiciais	95	92	0,02	3,24
Serviços Eventuais – Pessoal Técnico	3	-	-	-
Total	507.561	320.603	100,00	58,31

Fonte: Siafi.

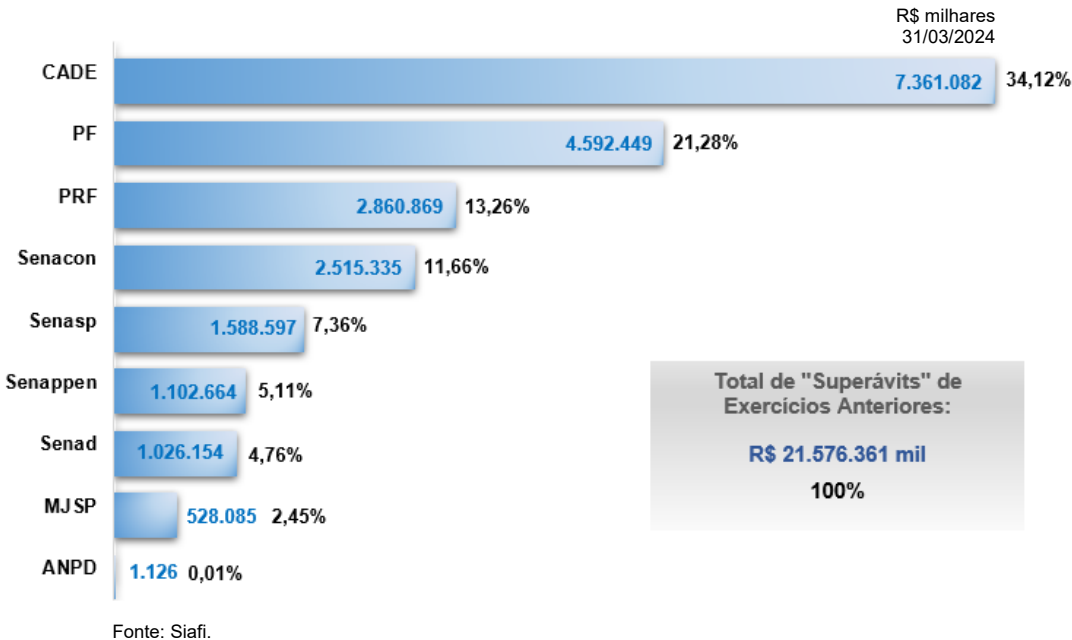
Nota 08 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP

No primeiro trimestre de 2024, os “Resultados de Exercícios Anteriores” totalizaram R\$ 21.576.361 mil; sendo, R\$ 17.329.735 mil (80,32%), provenientes dos seguintes resultados superavitários por órgão:

- a) R\$ 7.361.082 mil (34,12%) no CADE;
- b) R\$ 4.592.449 mil (21,28%) na PF;
- c) R\$ 2.860.869 mil (13,26%) na PRF, e
- d) R\$ 2.515.335 mil (11,66%) na Senacon.

Os demais órgãos subordinados ao MJSP representaram R\$ 4.246.626 mil (19,68%) dos “Resultados de Exercícios Anteriores” no primeiro trimestre de 2024, cuja distribuição pode ser observada a seguir na “Figura 12”.

Figura 12 - Composição de Superávits de Exercícios Anteriores - por órgão



Com relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, na análise vertical do Balanço Patrimonial, o saldo de “Resultado de Exercícios Anteriores” representou R\$ 21.576.361 mil (83,28%), correspondente a superávits/déficits provenientes de exercícios anteriores, cuja composição por órgão vinculado ao MJSP pode-se observar a seguir na “Tabela 13”.

Tabela 13 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares				
Resultado de Exercícios Anteriores	31/03/2024	31/12/2023	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	7.361.108	5.386.418	34,12	36,66
Polícia Federal	4.590.042	4.558.665	21,27	0,69
Polícia Rodoviária Federal	2.860.869	2.406.977	13,26	18,86
Secretaria Nacional do Consumidor	2.515.335	1.918.728	11,66	31,09
Secretaria Nacional de Segurança Pública	1.588.597	1.331.667	7,36	19,29
Secretaria Nacional de Políticas Penais	1.102.664	1.221.078	5,11	(9,70)
Secretaria Nacional Antidrogas	1.026.154	737.436	4,76	39,15
Ministério da Justiça e Segurança Pública	441.209	486.537	2,04	(9,32)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	1.126	281	0,01	300,27
Subtotal (A)	21.487.104	18.047.788	99,59	19,06

Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,40	0,00
Polícia Federal	2.406	-	0,00	-
Subtotal (B)	89.282	86.876	0,41	2,77
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Inter Est				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(25)	(25)	(0,00)	-
Subtotal (C)	(25)	(25)	(0,00)	-
Total (A+B+C)	21.576.361	18.134.639	100,00	18,98

Fonte: Siafi.

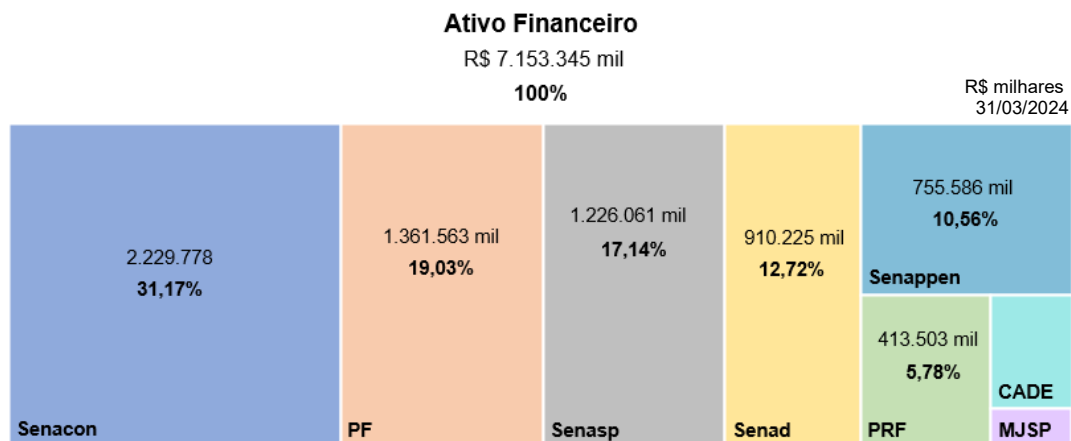
Nota 09 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP

Ativo Financeiro

O "Ativo Financeiro", no primeiro trimestre de 2024, representou R\$ 7.153.345 mil (27,61%) do total de ativos (financeiros e permanentes), compreendendo numerário e créditos e valores realizáveis que não dependem de autorização orçamentária, assim registrados no órgão MJSP:

- a) R\$ 2.229.778 mil (31,17%) na Senacon;
- b) R\$ 1.361.563 mil (19,03%) na PF;
- c) R\$ 1.226.061 mil (17,14%) na Senasp;
- d) R\$ 910.225 mil (12,72%) na Senad;
- e) R\$ 755.586 mil (10,56%) na Senappen;
- f) R\$ 413.503 mil (5,78%) na PRF;
- g) R\$ 192.844 mil (2,70%) no CADE;
- h) R\$ 63.406 mil (0,89%) no MJSP; e
- i) R\$ 379 mil (0,01%) na ANPD.

Figura 13 – Composição do Ativo Financeiro – por órgão



Fonte: Siafi.

Ativo Permanente

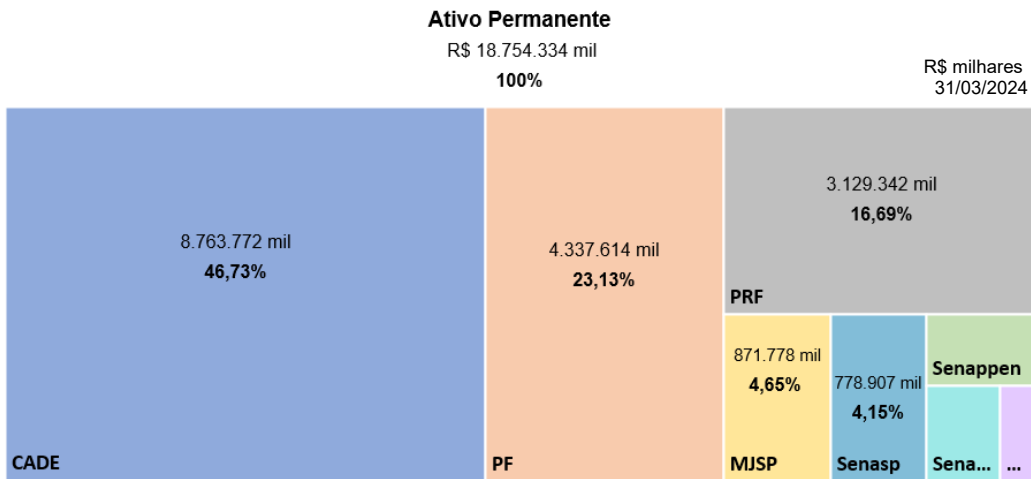
Com relação à representação dos órgãos vinculados ao MJSP, no primeiro trimestre de 2024, R\$ 18.754.334 mil, referente ao "Ativo Permanente", foram assim registrados:

- a) R\$ 8.763.772 mil (46,73%) no CADE;
- b) R\$ 4.337.614 mil (23,13%) na PF;
- c) R\$ 3.129.342 mil (16,69%) na PRF;
- d) R\$ 871.778 mil (4,65%) no MJSP;
- e) R\$ 778.907 mil (4,15%) na Senasp;
- f) R\$ 373.067 mil (1,99%) na Senappen;

- g) R\$ 343.488 mil (1,83%) na Senacon;
- h) R\$ 155.346 mil (0,83%) na Senad; e
- i) R\$ 1.020 mil (0,01%) na ANPD.

Destaca-se que no CADE, o “Ativo Permanente” de R\$ 8.763.772 mil refere-se prioritariamente à registros contábeis relativos à dívida ativa não tributária e créditos a receber decorrentes de infrações legais e contratuais. Na PF e PRF, a composição desse grupo de contas refere-se sobretudo a bens móveis e imóveis dos respectivos órgãos.

Figura 14 – Composição do Ativo Permanente – por órgão



Fonte: Siafi.

Passivo Financeiro

No primeiro trimestre de 2024, o “Passivo Financeiro” representou R\$ 13.040.450 mil (97,06%) do total dos passivos financeiros e permanentes, cuja composição por órgão encontra-se detalhada na “Tabela 14” a seguir.

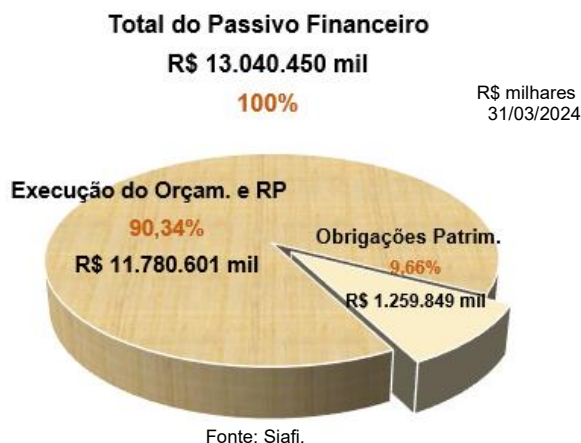
Tabela 14 – Passivo Financeiro – composição total por órgão

	R\$ milhares			
Passivo Financeiro - por órgão	31/03/2024	31/12/2023	AV% (Mar/2024)	AH%
Polícia Rodoviária Federal	4.975.834	885.936	38,16	461,65
Polícia Federal	4.916.054	1.043.505	37,70	371,11
Ministério da Justiça e Segurança Publica	1.171.614	881.152	8,98	32,96
Secretaria Nacional de Segurança Publica	1.049.977	994.185	8,05	5,61
Secretaria Nacional de Políticas Penais	797.974	775.531	6,12	2,89
Secretaria Nacional Antidrogas	63.256	64.420	0,49	(1,81)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	32.044	17.429	0,25	83,85
Secretaria Nacional do Consumidor	18.531	20.627	0,14	(10,16)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	15.166	1.941	0,12	681,30
Total Geral	13.040.450	4.684.726	100,00	178,36

Fonte: Siafi.

Os compromissos registrados como passivos financeiros subdividem-se entre execução de orçamento e de restos a pagar e obrigações patronais, cujas representações constam na “Figura 15”.

Figura 15 – Composição do Passivo Financeiro

**Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)**

Os passivos financeiros/ orçamentários relativos à execução do orçamento e de restos a pagar representaram R\$ 11.780.601 mil (90,34%) do total do Passivo Financeiro no primeiro trimestre de 2024. Sua distribuição por órgão, detalhada na “Tabela 15”, ocorreu da seguinte forma:

- a) R\$ 4.580.530 mil (38,88%) na PRF;
- b) R\$ 4.244.653 mil (36,03%) na PF;
- c) R\$ 1.059.823 mil (9,00%) no MJSP;
- d) R\$ 1.030.501 mil (8,75%) no Senasp;
- e) R\$ 742.110 mil (6,30%) no Senappen; e
- f) R\$ 122.985 mil (1,04%) nos demais órgãos do MJSP.

Tabela 15 – Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)

R\$ milhares				
Órgão	31/03/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Polícia Rodoviária Federal	4.580.530	458.810	38,88	898,35
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	356.660	-	(100,00)
RP não processados a liquidar	325.692	96.149	2,76	238,74
RPNP a liq bloqueados - decreto 11.380/23	5.872	6.002	0,05	(2,16)
Crédito empenhado a liquidar	4.248.966	-	36,07	-
Polícia Federal	4.244.653	528.501	36,03	703,15
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	477.278	-	(100)
RP não processados a liquidar	305.123	41.033	2,59	643,60
RPNP a liq bloqueados - decreto 11.380/23	9.267	10.191	0,08	(9,06)
Crédito empenhado a liquidar	3.930.263	-	33,36	-
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.059.823	816.010	9,00	29,88
RP não processados a liquidar	667.300	408.324	5,66	63,42
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	407.686	-	(100)
Crédito empenhado a liquidar	392.523	-	3,33	-
Secretaria Nacional de Segurança Pública	1.030.501	990.204	8,75	4,07
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	552.908	-	(100)
RP não processados a liquidar	731.516	437.295	6,21	67,28
Crédito empenhado a liquidar	298.984	-	2,54	-
Secretaria Nacional de Políticas Penais	742.110	709.398	6,30	4,61
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	346.218	-	(100)
RPNP a liq bloqueados p/decreto_93872/86	144.600	245.686	1,23	(41,14)
RP não processados a liquidar	524.942	117.494	4,46	346,78
Crédito empenhado a liquidar	72.569	-	0,62	-
Secretaria Nacional Antidrogas	63.208	64.420	0,54	(1,88)
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	38.710	-	(100)
RP não processados a liquidar	63.129	25.710	0,54	145,54
Crédito empenhado a liquidar	79	-	0,00	-
Conselho Administrativo De Defesa Econômica	30.376	16.024	0,26	89,57

Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	14.020	-	(100)
RP não processados a liquidar	11.308	2.004	0,10	464,24
Crédito empenhado a liquidar	19.068	-	0,16	-
Autoridade Nacional De Proteção De Dados	14.723	1.657	0,12	788,46
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	1.031	-	(100)
RP não processados a liquidar	1.358	626	0,01	117,05
Crédito empenhado a liquidar	13.365	-	0,11	-
Secretaria Nacional do Consumidor	14.678	16.773	0,12	(12,49)
RP não processados a liquidar	8.312	15.123	0,07	(45,04)
RPNP a liq bloqueados p/decreto_93872/86	1.150	1.150	0,01	-
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	500	-	(100)
Crédito empenhado a liquidar	5.216	-	0,04	-
Total Geral	11.780.601	3.601.798	100,00	227,08

Fonte: Siafi.

Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

Os passivos financeiros referentes às obrigações patrimoniais, representaram R\$ 1.259.849 mil (9,66%) do Passivo Financeiro, no primeiro trimestre de 2024, assim registrados:

- a) R\$ 671.401 mil (53,29%) na PF;
- b) R\$ 395.304 mil (31,38%) na PRF;
- c) R\$ 111.792 mil (8,47%) no MJSP;
- d) R\$ 55.864 mil (4,43%) no Senappen; e
- e) R\$ 25.488 mil (2,02%) nos demais órgãos do MJSP.

Conforme pode-se observar, os órgãos PF, PRF totalizaram R\$ 1.066.704 mil (84,67%) do montante das referidas obrigações patrimoniais.

Destaca-se que os “Salários, Remunerações e Benefícios” representaram R\$ 594.896 mil (47,22%) das obrigações patrimoniais.

Tabela 16 – Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

R\$ milhares

Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas representativas	31/03/2024	31/12/2023	AV% (Mar/2024)	AH%
Polícia Federal	671.401	515.004	53,29	30,37
Salários, remunerações e benefícios	334.886	426.324	26,58	(21,45)
Polícia Rodoviária Federal	395.304	427.126	31,38	(7,45)
Salários, remunerações e benefícios	231.138	295.365	18,35	(21,74)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	111.792	65.142	8,87	71,61
Salários, remunerações e benefícios	27.763	33.456	2,20	(17,02)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	55.864	66.133	4,43	(15,53)
Secretaria Nacional de Segurança Pública	19.476	3.981	1,55	389,17
Secretaria Nacional do Consumidor	3.853	3.853	0,31	-
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.668	1.405	0,13	18,72
Salários, remunerações e benefícios	863	850	0,07	1,54
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	443	284	0,04	55,87
Salários, remunerações e benefícios	246	272	0,02	(9,57)
Secretaria Nacional Antidrogas	48	-	0,00	-
Total Geral	1.259.849	1.082.928	100,00	16,34

Fonte: Siafi.

Passivo Permanente

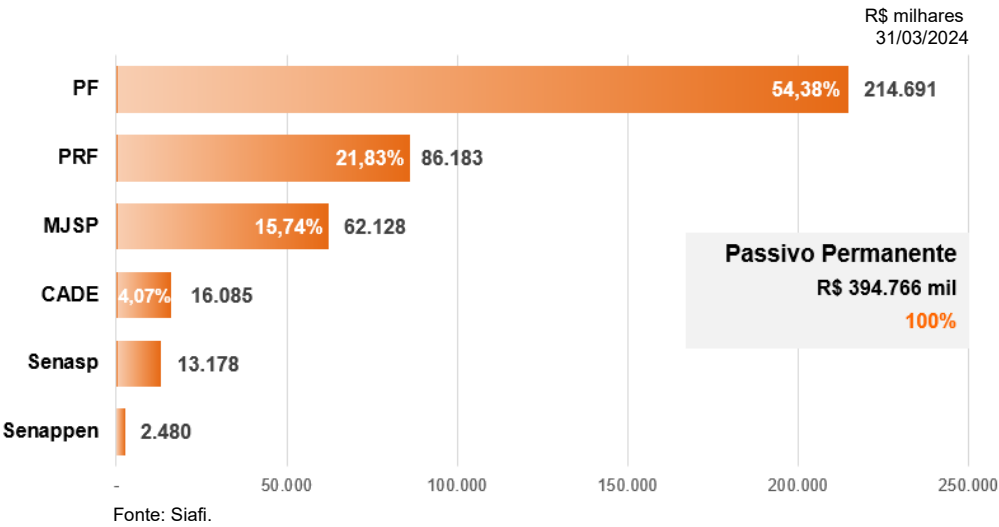
No primeiro trimestre de 2024, na composição do Passivo Permanente – R\$ 394.766 mil, destaca-se a representação da PF, totalizando R\$ 214.691 mil (54,38%); sendo R\$ 111.172 mil (51,78%) do referido montante referente a férias a pagar. A PRF totalizou R\$ 85.965 mil (99,75%) decorrente de transferências financeiras a comprovar – TED. Ambos os órgãos somaram R\$ 300.875 mil (76,22%) do Passivo Permanente. Observa-se a distribuição por órgão na "Tabela 17".

Tabela 17 – Passivo Permanente – composição por órgão

R\$ milhares				
Passivo Permanente – por órgão	31/03/2024	31/12/2023	AV% (Mar/2024)	AH%
Polícia Federal	214.691	138.935	54,38	54,53
Polícia Rodoviária Federal	86.183	75.309	21,83	14,44
Ministério Da Justiça E Segurança Publica	62.128	54.013	15,74	15,02
Conselho Administrativo De Defesa Econômica	16.085	15.069	4,07	6,74
Secretaria Nacional de Segurança Pública.	13.178	22.489	3,34	(41,40)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	2.480	2.469	0,63	0,43
Autoridade Nacional De Proteção De Dados	20	-	0,01	-
Total Geral	394.766	308.285	100,00	28,05

Fonte: Siafi.

Figura 16 – Composição do Passivo Permanente – por órgão



Nota 10 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP

Os “Atos Potenciais Passivos” são representados pela execução dos atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo da entidade governamental. Contemplam os registros dos valores dos convênios e outros instrumentos congêneres firmados entre entidades e os registros provenientes dos valores de obrigações contratuais em que a administração pública é a contratante.

No órgão superior do MJSP, portanto, os “Atos Potenciais Passivos” são representados, portanto, pelos grupos de contas “Garantias e Contragarantias Concedidas”, “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos” e “Obrigações Contratuais”, de acordo com o “Quadro de Compensações” do Balanço Patrimonial.

Atos Potenciais Passivos: por Órgão

Conforme apresentado na “Tabela 18” e na “Figura 17”, os “Atos Potenciais Passivos” totalizaram R\$ 5.605.483 mil (100%), no primeiro trimestre de 2024, assim registrados no MJSP:

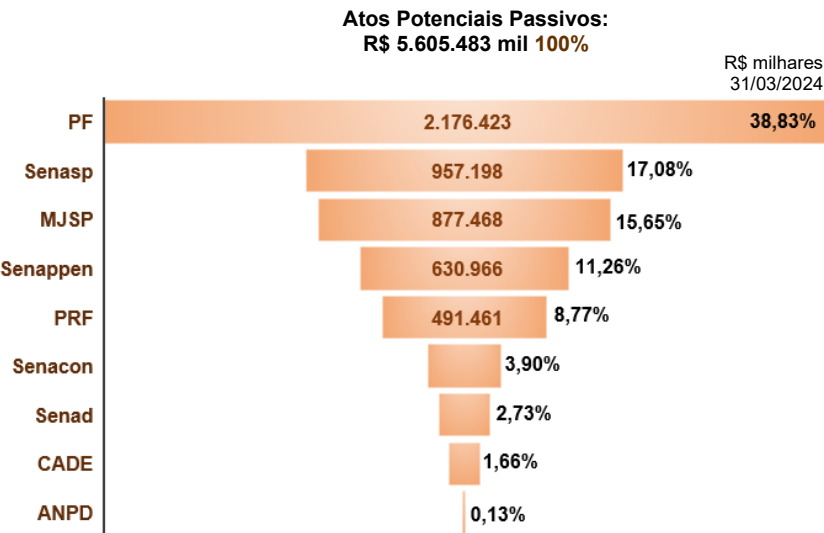
- a) R\$ 2.176.423 mil (38,83%) na PF;
- b) R\$ 957.198 mil (17,08%) no Senasp;
- c) R\$ 877.468 mil (15,65%) no MJSP;
- d) R\$ 630.966 mil (11,26%) no Senappen;
- e) R\$ 491.461 mil (8,77%) na PRF;
- f) R\$ 218.683 mil (3,90%) no Senacon; e
- g) R\$ 253.284 mil (4,52%) nos demais órgãos.

Tabela 18– Atos Potenciais Passivos – por órgão

R\$ milhares				
Atos potenciais Passivos - por órgão	31/03/2024	31/12/2023	AV %	AH %
Polícia Federal	2.176.423	1.903.289	38,83	14,35
Secretaria Nacional de Segurança Pública	957.198	952.547	17,08	0,49
Ministério da Justiça e Segurança Pública	877.468	841.780	15,65	4,24
Secretaria Nacional de Políticas Penais	630.966	620.900	11,26	1,62
Polícia Rodoviária Federal	491.461	439.110	8,77	11,92
Secretaria Nacional do Consumidor	218.683	236.285	3,90	(7,45)
Secretaria Nacional Antidrogas	153.009	148.358	2,73	3,13
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	92.886	87.071	1,66	6,68
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	7.389	8.196	0,13	(9,85)
Total	5.605.483	5.237.536	100,00	7,03

Fonte: Siafi.

Figura 17 – Atos Potenciais Passivos – por órgão



Fonte: Siafi.

Atos Potenciais Passivos: por Grupo de Contas

Na análise por grupo de contas, no primeiro trimestre de 2024, R\$ 3.616.354 mil (64,51%) foram decorrentes de “Obrigações Contratuais” e R\$ 1.989.100 mil (35,48%) de “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”; totalizando, portanto, R\$ 5.605.455 mil (100%) de “Atos Potenciais Passivos”. Ressalta-se que as “Garantias e Contragarantias Concedidas” apresentaram o valor de R\$ 28 mil, cuja representação não impactou percentualmente no saldo dos atos potenciais passivos”.

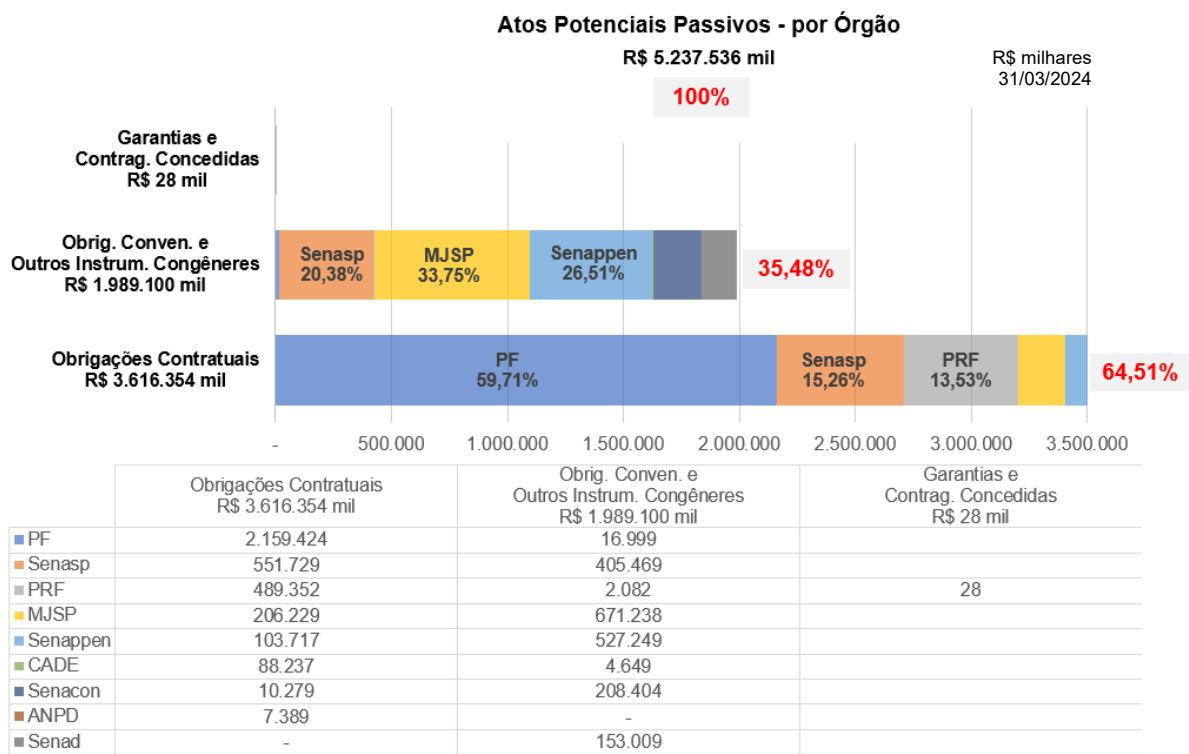
Conforme apresentado na “Figura 18”, em março de 2024, as “Obrigações Contratuais”, que totalizaram R\$ 3.616.354 mil (100%), foram assim compostas:

- a) R\$ 2.159.424 mil (59,71%) na PF;
- b) R\$ 551.729 mil (15,26%) no Senasp;
- c) R\$ 489.352 mil (13,53%) na PRF; e
- d) R\$ 206.229 mil (5,70%) no MJSP;
- e) R\$ 103.717 mil (2,87%) no Senappen; e
- f) R\$ 105.905 mil (2,93%) nos demais órgãos do MJSP.

As “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”, que totalizaram R\$ 1.989.100 mil (100%), foram assim registradas:

- a) R\$ 671.238 mil (33,75%) no MJSP;
- b) R\$ 527.249 mil (26,51%) no Senappen;
- c) R\$ 405.469 mil (20,38%) no Senasp;
- d) R\$ 208.404 mil (10,48%) no Senacon;
- e) R\$ 153.009 mil (7,69%) no Senad; e
- f) R\$ 23.730 mil (1,19%) nos demais órgãos do MJSP.

Figura 18– Atos Potenciais Passivos – por grupo de contas



Fonte: Siafi.

Destaca-se, conforme apresentado na “Figura 18”, que das “Obrigações Contratuais”, R\$ 3.616.354 mil, as quais contemplam os contratos em que a administração pública participa como contratante, R\$ 2.159.424 mil (59,71%) foram decorrentes da PF, R\$ 551.728 mil (15,26%) da Senasp e R\$ 489.352 mil (13,53%) da PRF, cujos órgãos somaram R\$ 3.200.504 mil (88,50%) de representação do referido grupo de contas.

Quanto às “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”, R\$ 1.812.361 mil (91,11%) dos registros foram compostos pelos órgãos do MJSP, Senappen, Senasp e Senacon; os quais representaram, respectivamente, 671.238 mil (33,75%); R\$ 527.249 mil (26,51%); R\$ 405.469 mil (20,38%) e R\$ 208.404 mil (10,48%).

Atos Potenciais Passivos: Obrigações Contratuais - por Modalidade

No primeiro trimestre de 2024, das “Obrigações Contratuais” registradas no órgão MJSP, conforme apresentado na “Figura 19”, R\$ 2.411.126 mil (66,67%) foram referentes aos contratos de serviços e R\$ 1.063.494 mil (29,41%) aos contratos de fornecimento de bens, os quais somaram R\$ 3.474.619 mil (96,08%) do total dos registros no referido grupo de contas.

Figura 19 – Atos Potenciais Passivos – Obrigações Contratuais – por modalidade

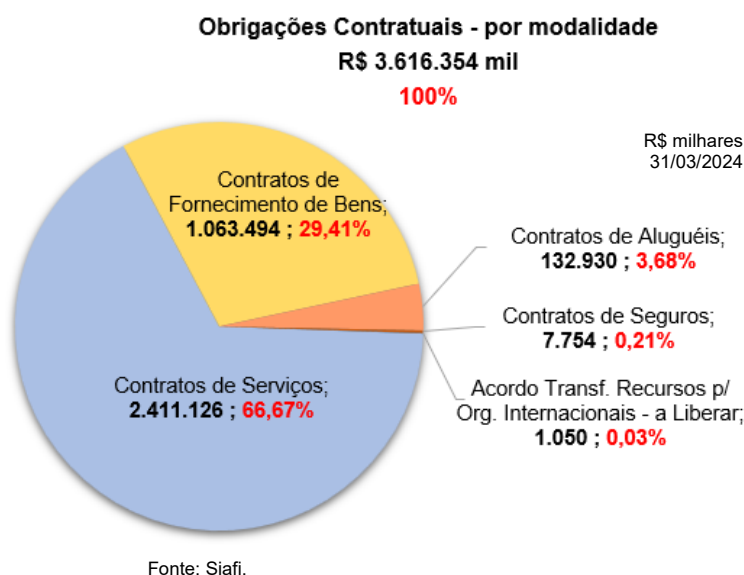


Tabela 19 – Atos Potenciais Passivos – Obrigações Contratuais – por modalidade

R\$ milhares

Obrigações Contratuais - por modalidade	31/03/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Contratos de Serviços	2.411.126	2.003.928	66,67	20,32
Polícia Federal	1.690.180	1.412.533	46,74	19,66
Polícia Rodoviária Federal	333.644	297.681	9,23	12,08
Ministério da Justiça e Segurança Pública	182.430	103.689	5,04	75,94
Secretaria Nacional de Políticas Penais	90.057	86.927	2,49	3,60
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	68.876	61.315	1,90	12,33
Secretaria Nacional de Segurança Pública	33.911	29.307	0,94	15,71
Secretaria Nacional do Consumidor	10.279	10.315	0,28	(0,35)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	1.750	2.161	0,05	(19,02)
Contratos de Fornecimento de Bens	1.063.494	1.055.368	29,41	0,77
Secretaria Nacional de Segurança Pública	515.631	515.707	14,26	(0,01)
Polícia Federal	362.979	365.044	10,04	(0,57)
Polícia Rodoviária Federal	141.634	133.017	3,92	6,48
Ministério da Justiça e Segurança Pública	22.726	22.726	0,63	0,00
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	14.745	14.731	0,41	0,09
Secretaria Nacional de Políticas Penais	5.741	4.106	0,16	39,84
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	37	37	0,00	0,00
Contratos de Aluguéis	132.930	128.802	3,68	3,20
Polícia Federal	106.265	107.824	2,94	(1,45)
Polícia Rodoviária Federal	9.445	1.948	0,26	384,72
Secretaria Nacional de Políticas Penais	7.003	7.003	0,19	0,00
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	5.602	5.999	0,15	(6,61)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.616	6.028	0,13	(23,42)
Contratos de Seguros	7.754	7.478	0,21	3,69
Polícia Rodoviária Federal	4.629	4.353	0,13	6,34
Secretaria Nacional de Segurança Pública	2.186	2.186	0,06	0,00
Secretaria Nacional de Políticas Penais	915	915	0,03	0,00
Ministério da Justiça e Segurança Pública	23	23	0,00	0,00
Acordo Transf. Recursos p/ Org. Internacionais - a Liberar	1.050	1.050	0,03	0,00
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.050	1.050	0,03	0,00
Obrigações Contratuais - por modalidade	3.616.354	3.196.627	100,00	13,13

Fonte: Siafi.

Na "Tabela 19", destaca-se os contratos da Polícia Federal, representando R\$ 2.159.423 mil (59,71%) do total das "Obrigações Contratuais", assim registradas:

- a) Contratos de Serviços: R\$ 1.690.180 mil (46,74%);
- b) Contratos de Fornecimento de Bens: R\$ 362.979 mil (10,04%); e
- c) Contratos de Aluguéis: R\$ 106.265 mil (2,94%).

Atos Potenciais Passivos: Obrig. Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres - por Modalidade

No primeiro trimestre de 2024, conforme apresentado na "Tabela 20", destacam-se os "Convênios e Outros Instrumentos Congêneres", representando R\$ 1.625.193 mil (81,70%) das "Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres", sendo R\$ 1.529.029 mil (76,87%), assim distribuídos entre os órgãos do MJSP:

- a) R\$ 635.960 mil (31,97%) no MJSP;
- b) R\$ 521.175 mil (26,20%) no Senappen; e
- c) R\$ 371.893 mil (18,70%) no Senasp.

Tabela 20 - Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres – por modalidade e por órgão

R\$ milhares

Conta Contábil	31/03/2024	31/12/2023	AV %	AH %
Convênios e Outros Instrumentos Congêneres	1.625.193	1.647.307	81,70	(1,34)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	635.960	670.993	31,97	(5,22)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	521.175	515.861	26,20	1,03
Secretaria Nacional de Segurança Pública	371.893	366.882	18,70	1,37
Secretaria Nacional Antidrogas	73.995	67.059	3,72	10,34
Secretaria Nacional do Consumidor	22.170	26.512	1,11	(16,38)
Termo de Execução Descentralizada	363.907	393.574	18,30	(7,54)
Secretaria Nacional do Consumidor	186.235	199.458	9,36	(6,63)
Secretaria Nacional Antidrogas	79.014	81.299	3,97	(2,81)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	35.278	43.298	1,77	(18,52)
Secretaria Nacional de Segurança Pública	33.576	38.464	1,69	(12,71)
Polícia Federal	16.999	17.888	0,85	(4,97)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	6.074	6.088	0,31	(0,23)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.649	4.997	0,23	(6,95)
Polícia Rodoviária Federal	2.082	2.082	0,10	0,00
Total	1.989.100	2.040.881	100,00	(2,54)

Fonte: Siafi.

Nota 11 – Pessoal e Encargos – DVP

No primeiro trimestre de 2024, os grupos de contas consolidados em "Pessoal e Encargos" nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, totalizaram R\$ 2.137.936 mil (15,72%) das Variações Patrimoniais Diminutivas, assim distribuídas entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 1.240.799mil (58,04%) na PF;
- b) R\$ 776.253 mil (36,31%) na PRF;
- c) R\$ 116.311 mil (5,44%) no MJSP;
- d) R\$ 3.502 mil (0,16%) no CADE;
- e) R\$ 1.063 mil (0,05%) na ANPD; e
- e) R\$ 9 mil (0,00%) na Senappen.

Tabela 21 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

R\$ milhares

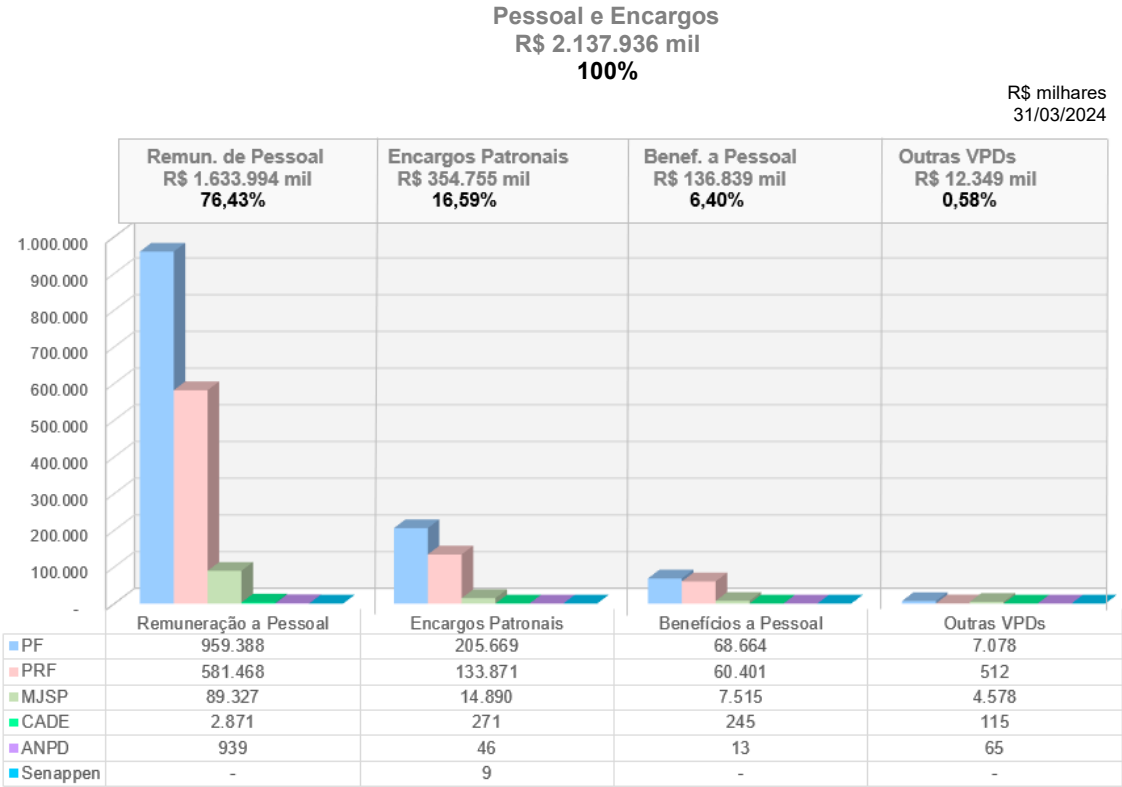
Pessoal e Encargos	31/03/2024	31/03/2023	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	1.240.799	1.121.619	58,04	10,63
Remuneração a Pessoal	959.388	879.573	44,87	9,07
Encargos Patronais	205.669	189.994	9,62	8,25
Benefícios a Pessoal	68.664	42.855	3,21	60,22

Outras VPD - Pessoal e Encargos	7.078	9.197	0,33	(23,04)
Polícia Rodoviária Federal	776.253	712.176	36,31	9,00
Remuneração a Pessoal	581.468	539.186	27,20	7,84
Encargos Patronais	133.871	125.561	6,26	6,62
Benefícios a Pessoal	60.401	46.939	2,83	28,68
Outras VPD - Pessoal e Encargos	512	491	0,02	4,30
Ministério da Justiça e Segurança Pública	116.311	107.821	5,44	7,87
Remuneração a Pessoal	89.327	81.479	4,18	9,63
Encargos Patronais	14.890	13.011	0,70	14,44
Benefícios a Pessoal	7.515	8.680	0,35	(13,42)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	4.578	4.651	0,21	(1,56)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.502	3.318	0,16	5,56
Remuneração a Pessoal	2.871	2.693	0,13	6,62
Encargos Patronais	271	337	0,01	(19,73)
Benefícios a Pessoal	245	164	0,01	49,24
Outras VPD - Pessoal e Encargos	115	123	0,01	(6,87)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	1.063	-	0,05	-
Remuneração a Pessoal	939	-	0,04	-
Outras VPD - Pessoal e Encargos	65	-	0,00	-
Encargos Patronais	46	-	0,00	-
Benefícios a Pessoal	13	-	0,00	-
Secretaria Nacional de Políticas Penais	9	3	0,00	222,03
Encargos Patronais	9	3	0,00	222,03
Total Geral	2.137.936	1.944.937	100,00	9,92

Fonte: Siafi.

Conforme demonstrado na “Figura 20”, “Remuneração a Pessoal” foi correspondente a R\$ 1.633.994 mil (76,43%) do total dos dispêndios com “Pessoal e Encargos”. Destaca-se que a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal totalizaram 2.017.052 mil (94,35%) de “Pessoal e Encargos”, sendo R\$ 1.240.799 mil (58,04%) na PF e R\$ 776.253 mil (36,31%) na PRF.

Figura 20 – Pessoal e Encargos – por subgrupo de contas



Fonte: Siafi.

Nota 12 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No primeiro trimestre de 2024, as receitas realizadas classificadas como “Demais Receitas Patrimoniais” representaram R\$ 805.627 mil (53,61%) do total das receitas correntes realizadas, conforme apresentado no balanço orçamentário. A referido saldo abarca receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípicas, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no Capítulo III da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018, onde também são estabelecidos os percentuais de destinação do produto da arrecadação de acordo com o tipo de loteria.

Em destaque na “Tabela 22”, o Fundo Nacional de Segurança Pública representou R\$ 726.582 mil (90,19%) das receitas realizadas classificadas como “Demais Receitas Patrimoniais”, sendo R\$ 716.776 mil (88,97%) provenientes da participação da União em loterias de prognósticos numéricos.

Tabela 22 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

R\$ milhares

Demais Receitas Patrimoniais Realizadas	31/03/2024	AV (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	726.582	90,19
Participação da União em Receitas de Loterias de Prognósticos Numéricos	716.776	88,97
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	5.086	0,63
Participação da União em Receita de Loteria Federal	2.824	0,35
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	1.894	0,24
Participação da União em Apostas Quota Fixa	3	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	79.045	9,81
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	77.406	9,61
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	1.017	0,13
Participação da União em Receita de Loteria Federal	458	0,06
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	165	0,02
Total	805.627	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 13 – Receitas – Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No primeiro trimestre de 2024, as receitas realizadas registradas na rubrica contábil “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais” apresentaram saldo de R\$ 310.898 mil (20,69%) em relação ao total das receitas correntes realizadas.

A composição do referido montante foi proveniente sobretudo dos seguintes registros nos órgãos do MJSP:

- PRF, R\$ 261.883 mil (84,23%); sendo R\$ 261.215 mil (84,02%) referente a receita líquida arrecadada proveniente de multas previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB; e
- Senacon, R\$ 33.250 mil (10,69%); referente a arrecadação de multas previstas na legislação sobre defesa dos direitos difusos, com a finalidade de promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

A PRF e a Senacon, portanto, somaram R\$ 295.133 mil (94,93%) das receitas realizadas relativas à “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais”.

Isto posto, os demais órgãos representaram somente R\$ 15.765 mil (5,07%) dos registros remanescentes.

Tabela 23 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por órgão

R\$ milhares		
Receita Orçamentária Líquida – por órgão	31/03/2024	AV (%)
Polícia Rodoviária Federal	261.833	84,23
Secretaria Nacional do Consumidor	33.250	10,69
Polícia Federal	11.063	3,56
Secretaria Nacional de Políticas Penais	4.413	1,42
Secretaria Nacional Antidrogas	154	0,05
Secretaria Nacional de Segurança Pública	135	0,04
Total	310.898	100,00

Fonte: Siafi.

Tabela 24 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por conta contábil

R\$ milhares		
Receita Orçamentária Líquida – conta contábil	31/03/2024	AV (%)
Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB	261.215	84,02
Polícia Rodoviária Federal	261.215	84,02
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	33.250	10,69
Secretaria Nacional do Consumidor	33.250	10,69
Multas Previstas em Legislação Específica	11.511	3,70
Polícia Federal	10.929	3,52
Polícia Rodoviária Federal	327	0,11
Secretaria Nacional de Segurança Pública	135	0,04
Secretaria Nacional Antidrogas	120	0,04
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	4.413	1,42
Secretaria Nacional de Políticas Penais	4.413	1,42
Multas e Juros Previstos em Contratos	341	0,11
Polícia Rodoviária Federal	341	0,11
Multas Previstas na Legislação Antidrogas	168	0,05
Polícia Federal	134	0,04
Secretaria Nacional Antidrogas	34	0,01
Total	310.898	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 14 – Resultado Orçamentário – BO

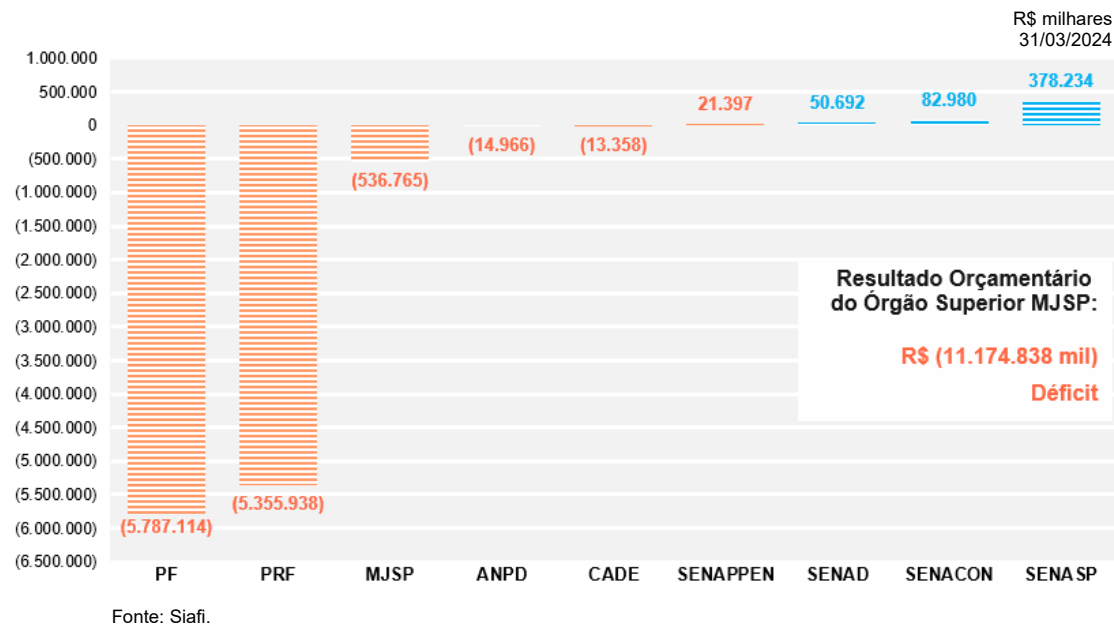
O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. O resultado orçamentário do MJSP, de R\$ -11.174.838 mil, no primeiro trimestre de 2024, foi impactado em R\$ -5.787.114 mil (51,79%) pela PF e em R\$ -5.355.938 mil (47,93%) pela PRF, conforme demonstrado na "Tabela 25" abaixo. Ambos os órgãos somaram R\$ -11.143.052 mil (99,72%) do déficit apresentado pelo MJSP.

Tabela 25– Resultado Orçamentário

R\$ milhares 31/03/2024				
Órgão	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Federal	207.175	5.994.289	(5.787.114)	51,79
Polícia Rodoviária Federal	267.555	5.623.493	(5.355.938)	47,93
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.084	537.849	(536.765)	4,80
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	0	14.966	(14.966)	0,13
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	11.980	25.339	(13.358)	0,12
Secretaria Nacional de Políticas Penais	116.519	95.122	21.397	(0,19)
Secretaria Nacional Antidrogas	50.839	147	50.692	(0,45)
Secretaria Nacional do Consumidor	93.803	10.823	82.980	(0,74)
Secretaria Nacional de Segurança Pública.	754.951	376.716	378.234	(3,38)
Total	1.503.906	12.678.744	(11.174.838)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 21 – Resultado Orçamentário – por órgão



Nota 15 – Outras Despesas Correntes – BO

As despesas orçamentárias são representadas pelas aquisições de materiais de consumo, pagamentos de diárias, contribuições, subvenções, auxílios-alimentação, auxílios-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de despesa. Dependem de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para serem efetivadas.

No primeiro trimestre de 2024, registrou-se o empenho de R\$ 2.080.473 mil em "Outras Despesas Correntes", ou seja, 16,41% do total das despesas orçamentárias, demonstrado no balanço orçamentário.

A execução das despesas classificadas como "Outras Despesas Correntes" foi evidenciada na "Tabela 26", com a apresentação dos montantes das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por órgão vinculado ao MJSP.

Do total das despesas pagas como "Outras Despesas Correntes", cabe ressaltar que R\$ 1.872.857 mil (90,02%) foram assim registrados nos órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 1.048.607 mil (50,40%) na PF;
- b) R\$ 456.315 mil (21,93%) na PRF; e
- c) R\$ 367.935 mil (17,69%) na Senasp.

Os demais órgãos registraram R\$ 207.616 mil (9,98%) de "Outras Despesas Correntes" pagas.

Tabela 26 – Outras Despesas Correntes – por órgão

R\$ milhares
31/03/2024

Órgão	Despesas Empenhadas	AV (%)	Despesas Liquidadas	AV (%)	Despesas Pagas	AV (%)	Execução (%) Desp. Paga/ Desp. Empenhada
Polícia Federal	1.048.607	50,40	302.511	51,86	197.959	46,23	18,88
Polícia Rodoviária Federal	456.315	21,93	152.275	26,10	109.690	25,62	24,04
Secretaria Nacional de Segurança Pública	367.935	17,69	77.732	13,32	75.875	17,72	20,62
Secretaria Nacional de Políticas Penais	90.872	4,37	22.553	3,87	21.201	4,95	23,33
Ministério da Justiça e Segurança Pública	88.054	4,23	18.947	3,25	14.571	3,40	16,55
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	10.790	0,52	608	0,10	496	0,12	4,60
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	10.732	0,52	3.155	0,54	2.821	0,66	26,29
Secretaria Nacional do Consumidor	7.021	0,34	5.522	0,95	5.522	1,29	78,64
Secretaria Nacional Antidrogas	147	0,01	68	0,01	67	0,02	45,83
Total Geral	2.080.473	100,00	583.370	100,00	428.202	100,00	20,58

Fonte: Siafi.

Nota 16 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados – Anexo 1 – BO

Serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: o serviço ou material contratado, que tenha sido prestado ou entregue, e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor (despesa em liquidação); ou, com prazo vigente para cumprimento da obrigação assumida pelo credor (despesa a liquidar).

Isto posto, compõe o balanço orçamentário, o quadro “Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP)”, cujos valores encontram-se assim detalhados:

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Ao final do primeiro trimestre de 2024, os “Restos a Pagar Não Processados – Inscritos em Exercícios Anteriores”, totalizaram R\$ 1.406.787 mil (100%), assim distribuídos entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 437.295 mil (31,08%) na Senasp;
- b) R\$ 408.324 mil (29,03%) no MJSP;
- c) R\$ 363.180 mil (25,82%) na Senappen;
- d) R\$ 102.150 mil (7,26%) na PRF; e
- e) R\$ 95.837 mil (6,81%) nos demais órgãos.

Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Os “Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior” somaram R\$ 2.195.038 mil (100%), cujo montante foi assim composto pelos órgãos vinculados do MJSP:

- a) R\$ 552.908 mil (25,19%) no Senasp;
- b) R\$ 477.278 mil (21,74%) na PF;
- c) R\$ 407.686 mil (18,57%) no MJSP;
- d) R\$ 356.687 mil (16,25%) na PRF;
- e) R\$ 346.218 mil (15,77%) no Senappen; e
- f) R\$ 54.261 mil (2,47%) nos demais órgão.

Foram detalhados ademais, no quadro do “Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados” do balanço orçamentário, em março de 2024, no órgão superior do MJSP, os seguintes saldos de restos a pagar não processados:

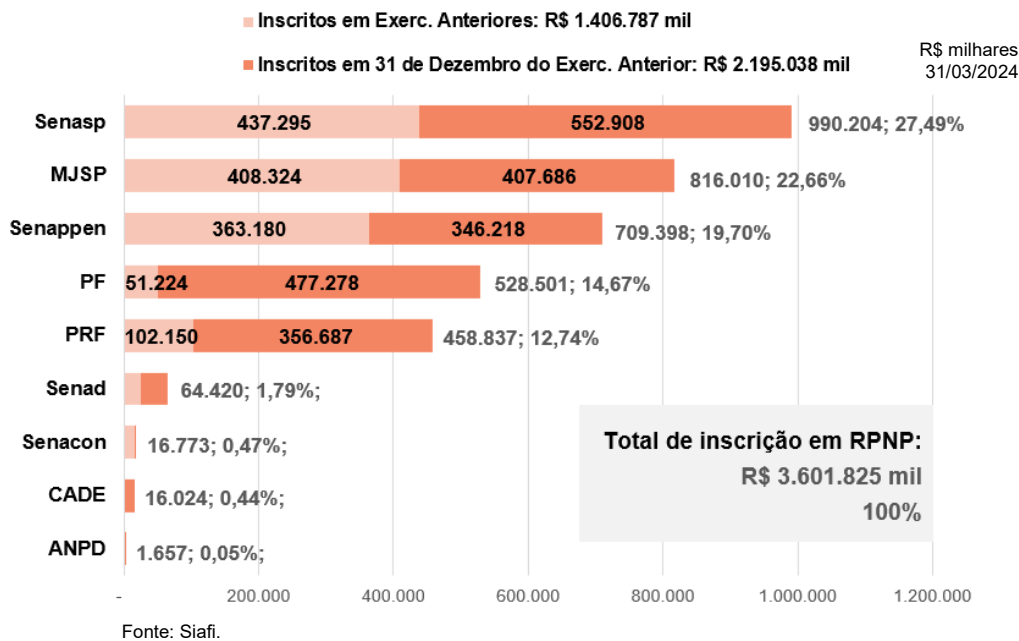
Liquidados: R\$ 743.578 mil; representando o montante de restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição.

Pagos: R\$ 623.853 mil, representando os valores de restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

Cancelados: R\$ 58.678 mil, correspondente ao cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar: R\$ 2.919.295 mil, referente ao saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

Figura 22 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados – por órgão



No final do primeiro trimestre de 2024, conforme apresentado na “Figura 22”, o montante dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, de R\$ 3.601.825 (100%)), foram assim registrados por órgão:

- a) R\$ 990.204 mil (27,49%) na Senasp;
- b) R\$ 816.010 mil (22,66%) no MJSP;
- c) R\$ 709.398 mil (19,70%) na Senappen;
- d) R\$ 528.501 mil (14,67%) na PF;
- e) R\$ 458.837 mil (12,74%) na PRF; e
- f) R\$ 98.875 mil (2,75%) nos demais órgãos.

Tabela 27 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados – por conta contábil

	R\$ milhares	
Despesa Orçamentárias	31/03/2024	AV%
DESPESAS DE CAPITAL	2.624.862	72,88
Investimentos	2.624.862	72,88
Contribuições	1.034.446	28,72
Equipamentos e Material Permanente	841.915	23,37
Auxílios	449.001	12,47
Obras e Instalações	272.016	7,55
Demais Itens de Despesa de Capital - Investimentos	27.485	0,76
DESPESAS CORRENTES	976.963,04	27,12
Pessoal e Encargos Sociais	39.399	1,09
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	11.990	0,33
Obrigações Patronais	11.586	0,32
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	11.565	0,32
Demais Itens de Despesa Corrente - Pessoal e Encargos	4.258	0,12
Outras Despesas Correntes	937.564	26,03
Outros Serviços de Terceiros Pj - Op.Int.Orc.	209.698	5,82
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	206.840	5,74
Material de Consumo	199.371	5,54
Contribuições	144.947	4,02
Outros auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	59.000	1,64
Locação de Mao-De-Obra	54.719	1,52
Indenizações e Restituições	25.640	0,71
Passagens e Despesas com Locomoção	23.132	0,64
Demais Itens de Despesa Corrente - Outras Despesas Correntes	14.218	0,39
Total RPNP Inscritos	3.601.825	100,00

Fonte: Siafi.

Destaca-se, na “Tabela 27”, que R\$ 2.624.862 mil (72,88%) dos Restos a Pagar não Processados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior) referem-se a investimentos (despesas de capital), assim registrados:

- a) Contribuições: R\$ 1.034.446 mil (28,72%);
- b) Equipamentos e Material Permanente: R\$ 841.915 mil (23,37%);
- c) Auxílios: R\$ 449.001 mil (12,47%);
- d) Obras e Instalações: R\$ 272.016 mil (7,55%); e
- e) Demais itens de despesa de capital – Investimentos: R\$ 27.485 mil (0,76%).

Nota 17 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – Anexo 2 – BO

Serão inscritas em restos a pagar processados e não processados liquidados as despesas liquidadas e não pagas no exercício financeiro, ou seja, aquelas em que o serviço, a obra ou o material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

No caso das despesas orçamentárias inscritas em restos a pagar processados e não processados liquidados, verifica-se na execução o cumprimento dos estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o pagamento. Neste caso, em geral, não podem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens ou serviços satisfaz a obrigação de fazer e a Administração conferiu essa obrigação. Portanto, não poderá deixar de exercer a obrigação de pagar, salvo motivo previsto na legislação pertinente.

Isto posto, compõe o balanço orçamentário, o quadro “Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados”, cujos valores encontram-se assim detalhados:

Inscritos em Exercícios Anteriores

Ao final do primeiro trimestre de 2024, os “Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados”, inscritos em Exercícios Anteriores, totalizaram R\$ 27.610 mil (100%), assim distribuídos entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 18.943 mil (68,61%) na Senappen;
- b) R\$ 3.673 mil (13,30%) no MJSP;
- c) R\$ 2.312 mil (8,38%) na Senasp;
- d) R\$ 1.390 mil (5,04%) no PRF;
- e) R\$ 1.105 mil (4,00%) na Senacon; e
- f) R\$ 187 mil (0,68%) na PF.

Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Os “Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior” somaram 992.220 mil (100%), cujo montante foi assim composto pelos órgãos vinculados do MJSP:

- a) R\$ 513.854 mil (51,79%) na PF;
- b) R\$ 364.457 mil (36,73%) na PF;
- c) R\$ 61.093 mil (6,16%) no MJSP;
- d) R\$ 46.931 mil (4,73%) no Senappen; e
- e) R\$ 5.884 mil (0,59%) nos demais órgãos.

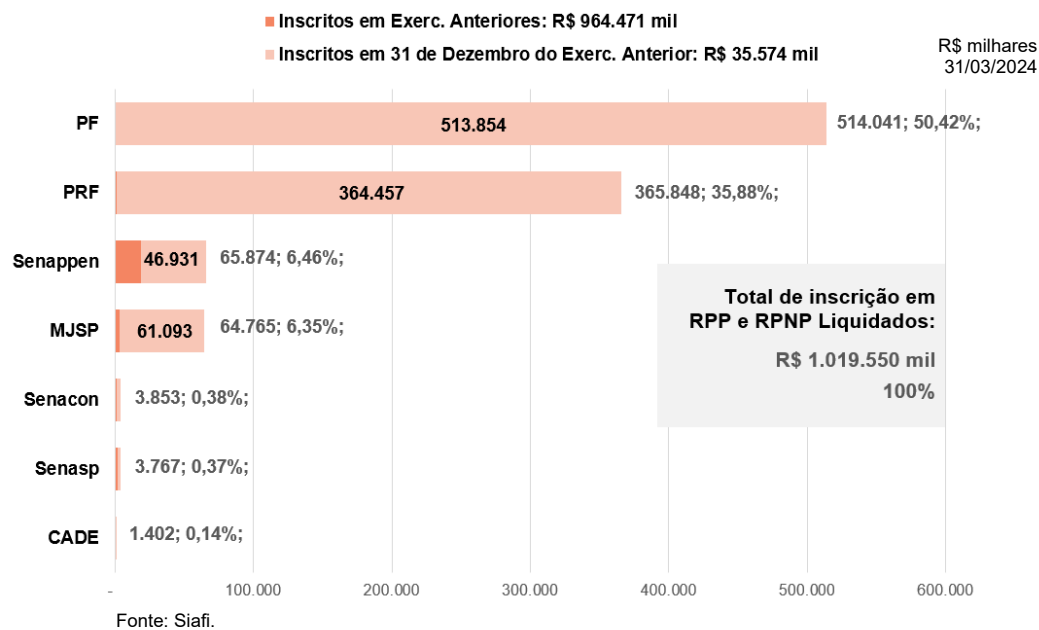
Foram detalhados ademais, no quadro do “Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados” do balanço orçamentário, em março de 2024, no órgão superior do MJSP, os seguintes saldos de restos a pagar processados e não processados liquidados:

Pagos: R\$ 945.627 mil, correspondente ao valor dos restos a pagar processados e não processados liquidados pagos.

Cancelados: R\$ 335 mil, referente ao cancelamento de restos a pagar processados e não processados liquidados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar: R\$ 73.868 mil, compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência.

Figura 23 – Inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – por órgão



No final do primeiro trimestre de 2024, conforme apresentado na “Figura 23”, o montante dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior), de R\$ 1.019.829 mil (100%), foram assim registrados por órgão:

- a) R\$ 514.041 mil (50,42%) na PF;
- b) R\$ 365.848 mil (35,88%) na PRF;
- c) R\$ 65.874 mil (6,46%) no Senappen;
- d) R\$ 64.765 mil (6,35%) no MJSP;
- e) R\$ 9.022 mil (0,88%) nos demais órgãos.

Tabela 28 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados – por conta contábil

	R\$ milhares	
Despesa Orçamentárias	31/03/2024	AV%
DESPESAS CORRENTES	926.722	90,87
Pessoal e Encargos Sociais	842.708	82,63
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	543.533	53,30
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	213.318	20,92
Pensões	77.851	7,63
Demais Itens de Despesa Corrente - Pessoal e Encargos	8.007	0,79
Outras Despesas Correntes	84.015	8,24
Indenizações e Restituições	27.167	2,66
Auxílio-Alimentação	19.838	1,95
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	17.269	1,69
Outros Serviços de Terceiros - P.Física	5.015	0,49
Locação de Mãos-de-obra	2.488	0,24
Passagens e Despesas com Locomoção	2.160	0,21
Outros Benef.Assist. do Servidor e do Militar	2.118	0,21
Material de Consumo	1.360	0,13
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1.327	0,13
Contribuições	1.257	0,12
Auxílio-Transporte	1.157	0,11
Demais Itens de Despesa Corrente - Outras Despesas Correntes	2.859	0,28
DESPESAS DE CAPITAL	93.107	9,13
Investimentos	93.107	9,13
Auxílios	64.503	6,32
Contribuições	19.706	1,93
Equipamentos de Material Permanente	5.592	0,55
Demais Itens de Despesa de Capital - Investimentos	3.307	0,32
Total Geral	1.019.829	100,00

Fonte: Siafi.

Destaca-se, na “Tabela 28”, que R\$ 842.708 mil (82,63%) dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior) referem-se a despesas de “Pessoal e Encargos Sociais” (despesas correntes), assim registradas:

- a) Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil: R\$ 543.533 mil (53,30%);
- b) Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas: R\$ 213.318 mil (20,92%);
- c) Pensões: R\$ 77.851 mil (7,63%); e
- d) Demais itens de Despesa Corrente – Pessoal e Encargos: \$ 8.007 mil (0,79%).

Nota 18 – Transferências Intragovernamentais – BF

O Balanço Financeiro inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União do MJSP. Portanto, quando se aplica as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, excluindo as referidas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhadas na “Tabela 29”, quanto aos ingressos, e na “Tabela 30”, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

Tabela 29 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

INGRESSOS						
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2024 (A: Sem Consolidação)	AV%	31/03/2024 (B: Com Consolidação)	AV%	31/03/2024 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Recebidas	12.978.542	100,00	4.597.290	100,00	8.381.252	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	11.309.914	87,1	4.039.688	87,87	7.270.227	86,74
Cota Recebida	4.039.688	31,13	4.039.688	87,87	0	0,00
Repasso Recebido	3.837.327	29,57	0	0,00	3.837.327	45,78
Sub-repasso Recebido	3.369.582	25,96	0	0,00	3.369.582	40,20
Repasso Devolvido	63.311	0,49	0	0,00	63.311	0,76
Sub-repasso Devolvido	6	0,00	0	0,00	6	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	1.668.628	12,86	557.602	12,13	1.111.026	13,26
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.567.158	12,07	553.804	12,05	1.013.354	12,09
Demais Transferências Recebidas	9.161	0,07	3.798	0,08	5.362	0,06
Movimentação de Saldos Patrimoniais	92.309	0,71	0	0,00	92.309	1,10

Fonte: SIAFI.

Tabela 30 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

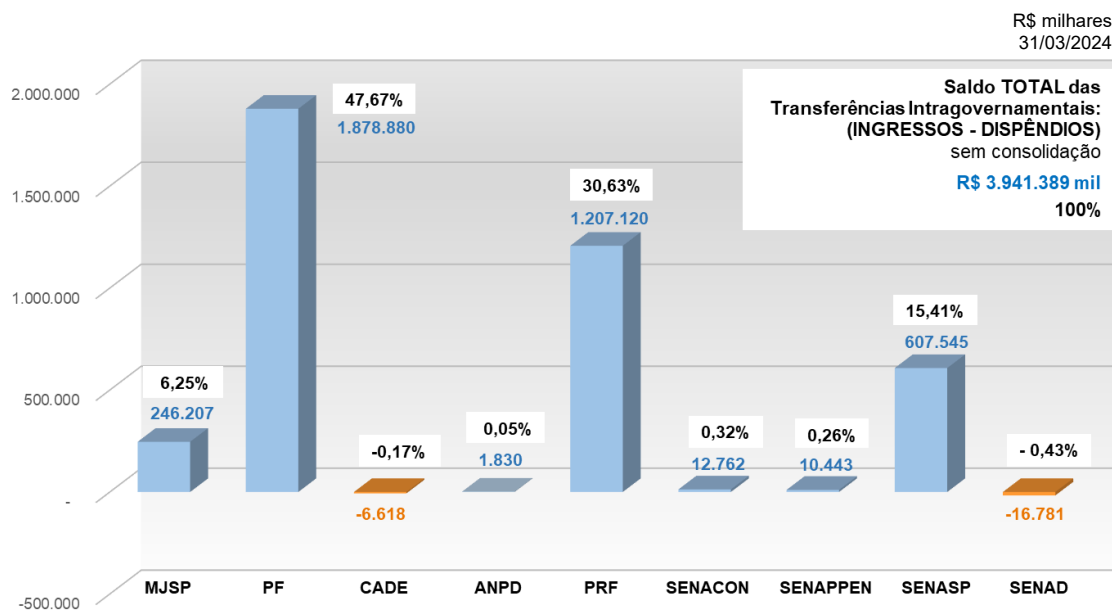
R\$ milhares

DISPÊNDIOS						
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2024 (A: Sem Consolidação)	AV%	31/03/2024 (B: Com Consolidação)	AV%	31/03/2024 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Concedidas	9.037.153	100,00	655.901	100,00	8.381.252	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	7.333.847	81,15	63.620	9,70	7.270.227	86,74
Repasso Concedido	3.839.368	42,48	2.041	0,31	3.837.327	45,78
Sub-repasso Concedido	3.369.582	37,29	0	0,00	3.369.582	40,20
Cota Devolvida	61.579	0,68	61.579	9,39	0	0,00
Repasso Devolvido	63.311	0,70	0	0,00	63.311	0,76
Sub-repasso Devolvido	6	0,00	0	0,00	6	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	1.703.306	18,85	592.281	90,30	1.111.026	13,26
Transf. Concedidas para Pgto. de RP	1.013.354	11,21	0	0,00	1.013.354	12,09
Demais Transferências Concedidas	5.362	0,06	0	0,00	5.362	0,06
Movimento de Saldos Patrimoniais	684.590	7,58	592.281	90,30	92.309	1,10
Movimentações para Incorp. de saldos	9.037.153	100,00	655.901	100,00	8.381.252	100,00

Fonte: SIAFI.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiro deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na “Figura 24” a seguir.

Figura 24 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)



Fonte: Siafi.

Nota 19 – Segurança Pública – DFC

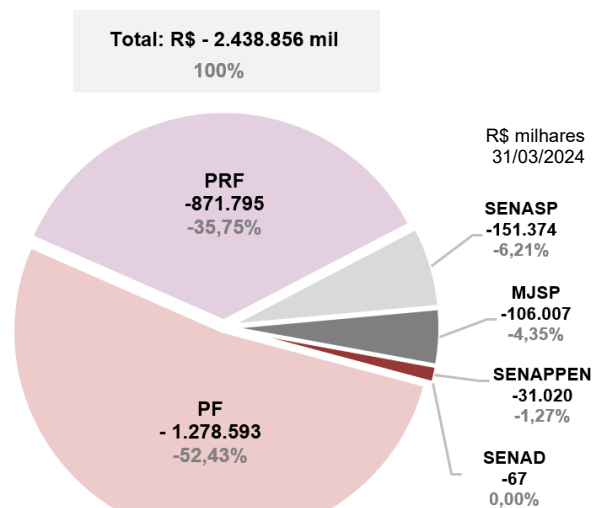
Na estrutura das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), os fluxos de caixa operacionais, consolidados do setor público, em sentido amplo, proporcionam uma indicação da medida do volume de recursos que o governo financia em suas atividades correntes, por meio da tributação e outras cobranças recorrentes.

Os dispêndios relacionados à Segurança Pública, que compõe a rubrica Pessoal e Demais Despesas, representaram R\$ - 2.438.856 mil (17,68%), no 1º trimestre de 2024, do total dos desembolsos apresentados nas DFC.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, R\$ - 1.278.593 mil (52,43%) e R\$ - 871.795 mil (35,75%), somando R\$ - 2.150.388 mil (88,17%) do total dos desembolsos com Segurança Pública, conforme apresentado na “Figura 25”. Os demais órgãos totalizaram R\$ - 288.468 mil (11,83%).

Figura 25 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão

Desembolsos de Segurança Pública



Fonte Siafi

Tabela 31 – Desembolsos – Segurança Pública por Órgão

R\$ milhares

Órgão	31/03/2024	31/03/2023	AV%	AH%
Polícia Federal	(1.278.593)	(1.200.658)	52,43	6,49
Polícia Rodoviária Federal	(871.795)	(786.443)	35,75	10,85
Secretaria Nacional de Segurança Pública	(151.374)	(117.897)	6,21	28,40
Ministério Da Justiça E Segurança Pública	(106.007)	(94.587)	4,35	12,07
Secretaria Nacional de Políticas Penais	(31.020)	(26.995)	1,27	14,91
Secretaria Nacional Antidrogas	(67)	0	0,00	-
Total Geral	(2.438.856)	(2.226.579)	100,00	9,53

Fonte Siafi

Na “Tabela 32”, a seguir, foram detalhados os desembolsos de segurança pública por item:

Tabela 32 – Desembolsos – Segurança Pública por item

R\$ milhares

Desembolsos - Segurança Pública	31/03/2024	31/03/2023	AV%	AH%
Subsídios	(1.261.536)	(1.248.747)	51,73	1,02
13º Salário	(142.597)	(126.450)	5,85	12,77
Diárias no País	(125.625)	(118.462)	5,15	6,05
Férias - 1/3 Constitucional	(114.651)	(100.898)	4,70	13,63
Serviços Gráficos e Editoriais	(70.813)	(37.187)	2,90	90,43
Auxílio-Alimentação Cívica	(59.210)	(41.702)	2,43	41,98
Vencimentos e Salários	(55.918)	(49.632)	2,29	12,66
Bolsa-Formação Pronasci	(45.061)	-	1,85	-
Gratificação por Exercício de Cargo Efetivo	(43.709)	(40.700)	1,79	7,39
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	(24.087)	(17.548)	0,99	37,27
Serv. Médico-Hospitalar, Odontol. e Laboratoriais	(22.448)	(4.145)	0,92	441,59
Abono de Permanência	(21.518)	(16.701)	0,88	28,84
Ressarcimento Assistência Médica/Odontológica	(20.032)	(22.424)	0,82	(10,67)
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	(19.899)	(16.887)	0,82	17,84
Gratificação p/ Exercício de Cargo em Comissão	(18.505)	(14.998)	0,76	23,39
Limpeza e Conservação	(17.521)	(14.999)	0,72	16,82
Serv. de Apoio Admin., Técnico e Operacional	(16.197)	(17.005)	0,66	(4,75)
Serviços de Energia Elétrica	(15.600)	(12.719)	0,64	22,66
Serviços Técnicos Profissionais	(13.979)	(8.511)	0,57	64,25
Vigilância Ostensiva/Monitorada/Rastreamento	(13.407)	(10.199)	0,55	31,45
Diárias a Colaboradores Eventuais no País	(13.292)	(9.487)	0,55	40,11
Locação de Imóveis	(13.178)	(15.018)	0,54	(12,25)
Passagens para o País	(12.922)	(7.301)	0,53	76,98
Contribuição Patronal - FUNPRESP Lei nº 12.618/12	(12.640)	(10.411)	0,52	21,41
Material para Comunicações	(11.803)	(21)	0,48	56.490,20
Vigilância Ostensiva	(11.672)	(9.036)	0,48	29,18
Material para Manutenção de Veículos	(10.590)	(7.435)	0,43	42,43
Demais Desembolsos de Segurança Pública (196 itens)	(230.442)	(247.957)	9,45	(7,06)
Total de Segurança Pública	(2.438.855)	(2.226.579)	100	9,82

Fonte Siafi

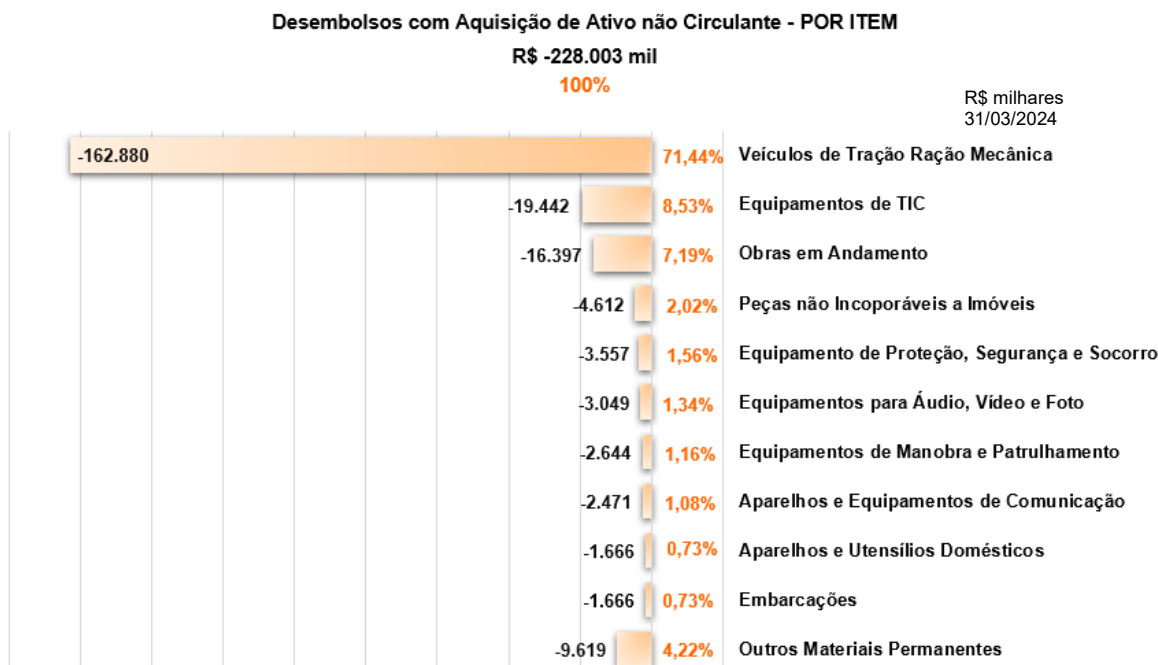
Nota 20 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – DFC

Os registros contabilizados em “Aquisições de Ativo não Circulante”, consolidados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, integraram no primeiro trimestre de 2024, R\$ -228.003 mil (98,13%) do total dos desembolsos dos “Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento”. Representam as aquisições de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa, realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pelo órgão.

Na “Figura 26”, pode-se observar a composição por item das “Aquisições de Ativo Não Circulante”, R\$ -228.003 mil (100%), assim registradas:

- a) R\$ -162.880 mil (71,44%) de Veículos de Tração Mecânica, sendo R\$ -129.010 mil (79,21%) registrados na Senasp e R\$ -12.600 mil (7,74%) registrados na PF, totalizando R\$ -141.610 mil (86,94%) do montante do referido item;
- b) R\$ -19.442 mil (8,53%) de Material e Equipamentos de TIC, sendo R\$ -8.736 mil (44,93%) registrados na PF, R\$ -4.137 mil (21,28%) registrados na PRF, e R\$ 3.327 mil (17,12%) na Senasp, totalizando R\$ -16.200 mil (83,33%) de representação do montante do referido item;
- c) R\$ -16.397 mil (7,19%) de Obras em Andamento, sendo R\$ -10.947 mil (64,02%) registrados na PRF e R\$ -5.900 mil (35,98%) na PF, totalizando (100%) do montante do referido item;
- d) R\$ -4.612 mil (2,02%) de Peças não Incorporáveis a Imóveis, sendo R\$ -4.545 mil (98,56%) do montante do referido item, registrados na PF;
- e) R\$ -3.557 mil (1,56%) de Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro, sendo R\$ -2.690 mil (75,62%) registrados na Senappen e R\$ -847 mil (23,82%) na PRF, totalizando R\$ -3.537 mil (99,44%) do montante do referido item;
- f) R\$ -3.049 mil (1,34%) de Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto, sendo R\$ -2.054 mil (67,36%) registrados na Senasp e R\$ -773 mil (25,37%) na PF, totalizando R\$ -2.827 mil (97,73%) do montante do referido item;
- g) R\$ -2.644 mil (1,16%) de Equipamentos de Manobra e Patrulhamento, sendo (100%) do montante do referido item, registrados na PRF;
- h) R\$ -2.471 mil (1,08%) de Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, sendo R\$ -1.883 mil (76,23%) registrados na PRF e R\$ -474 mil (19,19%) registrados na PF, totalizando R\$ -2.357 mil (95,42%) do montante do referido item;
- i) R\$ -1.666 mil (0,73%) de Aparelhos e Utensílios Domésticos, sendo R\$ -941 mil (56,46%) registrados na PF e R\$ -655 mil (39,31%) registrados na PRF, totalizando R\$ -1.596 mil (95,77%) do montante do referido item;
- j) R\$ -1.666 mil (0,73%) de Embarcações, sendo (100%) do montante do referido item, registrados na PF;
- k) R\$ -9.619 mil (4,22%) de Outros Materiais Permanentes.

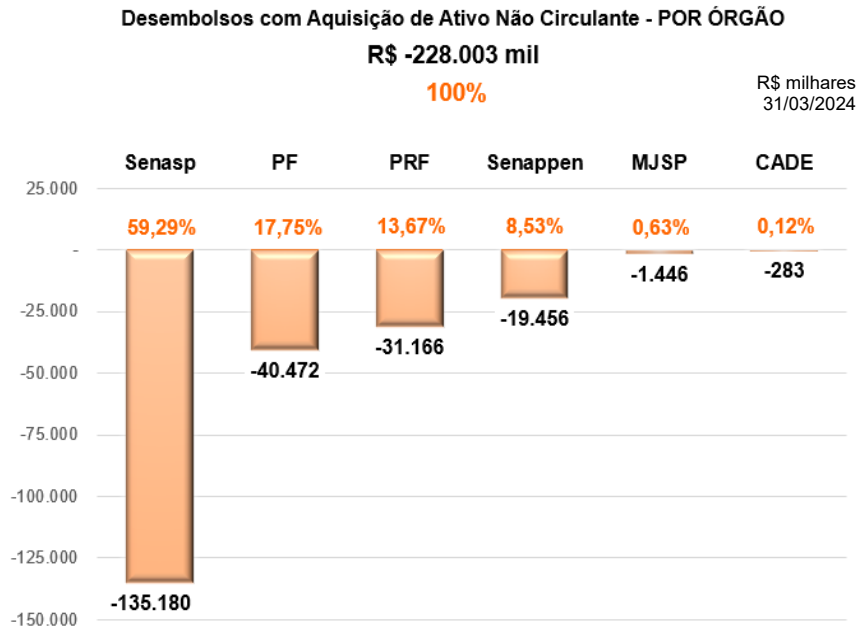
Figura 26 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – por item



Fonte: Siafi

Na “Figura 27”, evidencia-se o impacto de cada órgão em “Aquisição de Ativo Não Circulante”; sendo R\$ -135.180 mil (59,29%) na Senasp; R\$ -40.472 mil (17,75%) na PF; R\$ -31.166 mil (13,67%) na PRF e R\$ -21.185 mil (9,29%) nos demais órgãos. Em síntese, a Senasp, PF e PRF totalizaram R\$ -206.818 mil (90,71%) da representação no referido grupo de contas.

Figura 27 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 21 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o saldo final apresentado, em março de 2024, de R\$ 24.253.064 mil (100%), foi decorrente das seguintes contabilizações:

- a) R\$ 1.976.251 mil (8,15%) em Resultado do Exercício;
- b) R\$ 33.273 mil (0,14%) em Constituição/Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos;
- c) R\$ -6.734 mil (-0,03%) em Ajustes de Exercício Anteriores; e
- d) R\$ 22.250.274 mil (91,74%) em Saldo Inicial do Exercício 2024.

Resultado do Exercício

O "Resultado do Exercício", de R\$ 1.976.251 mil, representou 8,15% do saldo patrimonial líquido, sendo impactado principalmente por:

- a) "Transferências e Delegações Recebidas", correspondente a R\$ 13.108.097mil (84,15%) das Variações Patrimoniais Aumentativas; e
- b) "Transferências e Delegações Concedidas" e "Pessoal e Encargos"; correspondentes, respectivamente, a R\$ 9.285.180 mil (68,27%) e R\$ 2.137.936 mil (15,72%), somando R\$ 11.423.116 mil (83,99%) das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Os detalhamentos relativos aos grupos de contas supracitados constam nas notas explicativas nº 18 - "Transferências Intragovernamentais" e nº 11 - "Pessoal e Encargos".

Constituição/Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos

As "Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos", que representaram R\$ 33.273 mil da DMPL, foram assim constituídas:

- a) R\$ 16.855 mil (50,66%) na Polícia Rodoviária Federal, sendo R\$ 14.530 mil (86,20%) para Postos de Fiscalização, e o restante R\$ 2.325 mil (13,80%) para as demais contas; e
- b) R\$ 16.418 mil (49,34%) na Polícia Federal, sendo R\$ 10.664 mil (64,95%) para Aeronaves, e R\$ 5.754 mil (35,05%) para as demais contas.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Os "Ajustes de Exercícios Anteriores", totalizaram R\$ -6.734 mil, assim registrados:

- a) R\$ -10.433 mil (154,94%) na Polícia Federal;
- b) R\$ 2.330 mil (-34,60%) no Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- c) R\$ 1.742 mil (-25,86%) na Polícia Rodoviária Federal; e
- d) R\$ -372 mil (5,52%) no restante dos Órgãos Subordinados ao MJSP.

Saldo Inicial do Exercício 2024

Por fim, cabe informar que o saldo restante, de R\$ 22.250.247 mil, não foi objeto desta análise, uma vez que foi proveniente de exercícios anteriores.